

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
CURSO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS-PPGDH**

DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA

**OS DESAFIOS DO DIREITO A EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A
PANDEMIA DE COVID-19: UM ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES ACERCA DAS
AULAS REMOTAS**

CURITIBA

2023

DAVID ALEXANDER RODRÍGUEZ PALENCIA

**OS DESAFIOS DO DIREITO A EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A
PANDEMIA DE COVID-19 UM ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES ACERCA DAS
AULAS REMOTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas, Democracia e Educação em Direitos Humanos, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti.

CURITIBA

2023

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

R696d Rodríguez Palencia, David Alexander
2023 Os desafios do direito à educação no Brasil, durante a pandemia de
COVID-19 :
uma análise das percepções acerca das aulas remotas / David Alexander
Rodríguez Palencia ; orientador: Lindomar Wessler Boneti. – 2023.
121 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba,
2023
Bibliografia: f. 83-89

1. Ensino via web – Brasil. 2. COVID-19, Pandemia, 2020-. 3.
Distanciamento
social (Saúde pública) e educação – Brasil. 4. Direito à educação. I. Boneti,
Lindomar Wessler. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa
de
Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas. III. Título.

CDD 23. ed. – 371.33446780981



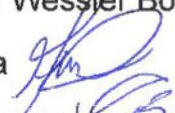
Programa de
**PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS
E POLÍTICAS PÚBLICAS
PUCPR**

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 111
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às quinze horas, na Sala vinte e nove localizada no segundo andar, da Escola de Medicina e Ciências da Vida, reuniu-se a banca examinadora constituída pelos professores doutores Lindomar Wessler Boneti, Rodrigo Alvarenga, César Bueno de Lima e Nizan Pereira Almeida. para examinar a dissertação do candidato: **David Alexander Rodriguez Palencia** ingressante no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e vinte e um, área de concentração: Direitos Humanos, Ética e Políticas Públicas - Linha de pesquisa: Políticas Públicas, Democracia e Educação em Direitos Humanos. O mestrando apresentou a dissertação intitulada **OS DESAFIOS DO DIREITO A EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM ANÁLISE DE PERCEPÇÕES ACERCA DAS AULAS REMOTAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO ENCRUZILHADA DO SUL - RS**. O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16:40. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pela banca examinadora.


Presidente/Orientador: Prof. Dr Lindomar Wessler Boneti


Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Alvarenga


Convidado Interno: Pro Dr César Bueno de Lima

Convidado Externo: Prof. Dr Nizan Pereira Almeida




Profª. Drª. Maria Cecília Barreto Amorim Pilla

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas
Públicas PPGDH/PUCPR

MEMÓRIAS

Eu desejo compartilhar meu relato de vida empregando a metodologia de escrivência da linguista negra, Concepción Evaristo. Nasci em 1982 na cidade de Barquisimeto, Estado de Lara, Venezuela, em uma família humilde composta por um pai indígena, artesão e comunista, e uma mãe negra deslocada do conflito armado na Colômbia. Me identifico como pardo, indígena e migrante, resultado de uma trajetória marcada pela luta e resistência.

Minha formação acadêmica inclui o ensino médio na escola Santiago Aguerrevere em 2001, bacharelado em gestão ambiental pela Universidade Bolivariana da Venezuela em 2009, bacharelado em direito pela Universidad Santa María em 2015. Em 2015-2016, iniciei um mestrado em negócios econômicos internacionais na Universidade Latino-Americana e do Caribe, embora não tenha concluído o programa. Durante o ano de 2016, recebi uma bolsa internacional do Programa Aliança para Educação e Cooperação (PAEC) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do grupo COIMBRA de universidades brasileiras para um mestrado em desenvolvimento sustentável da Amazônia na Universidade Federal de Roraima (UFRR). No entanto, devido à situação política da Venezuela, enfrentei dificuldades para legalizar e apostilar meus diplomas e certificados de habilitação, o que acabou resultando em minha renúncia à bolsa.

Em março de 2021, obtive informações por meio da rede de migrantes da cidade de Curitiba, que me permitiram concorrer a uma bolsa de pós-graduação em direitos humanos e políticas públicas na prestigiada Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), que fui agraciado em particular ao edital nº 005-2021 de 15 de março de 2021, para frequentar o curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH).

Trabalhei como funcionário do Ministério do Meio Ambiente de 2006 a 2014, mas fui demitido por liderar protestos em apoio à classe trabalhadora. Também fui voluntário e militante da frente revolucionária da classe trabalhadora do Partido Comunista da Venezuela (PCV). No segundo semestre de 2016, fui contratado como pesquisador pela Fundação Centro Internacional Miranda

(FCIM) para participar de um estudo internacional sobre políticas docentes no Observatório Internacional de Reformas Educacionais (OIREPOD), que é reconhecido pelo IESALC / UNESCO. Além disso, eu fazia parte de um grupo de pesquisadores do projeto de sistemas de qualidade educacional, com o objetivo de estudar os métodos de avaliação da OCDE para a posterior desconstrução deles.

Cheguei ao Brasil em agosto de 2019, na divisa entre a cidade de Santa Elena de Uairen, Estado de Bolívar (Venezuela) e o município de Pacaraima, Estado de Roraima (Brasil). Recebi um visto temporário para viajar para outros estados do território brasileiro, com a ajuda da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em convênio com o governo brasileiro. De outubro de 2019 a dezembro de 2021, eu morei em Curitiba, no Estado do Paraná, na região sul do Brasil.

Em dezembro de 2021, recebi uma oferta de trabalho para trabalhar no interior do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade rural de Encruzilhada do Sul. Aceitei a oferta porque queria conhecer a realidade do interior do Brasil e aprender sobre a cultura gaúcha. Aprendi a tomar chimarrão e entender melhor as diferenças entre as metrópoles brasileiras - como Curitiba e Porto Alegre - e as cidades do interior. Isso me levou a pedir uma mudança na minha área de estudo. Eu planejei inicialmente estudar as percepções de professores, pais e gestores sobre aulas remotas durante a pandemia de covid-19 na rede pública de ensino fundamental de Curitiba. No entanto, decidi mudar meu foco para Encruzilhada do Sul por causa dos desafios educacionais que essa cidade enfrenta, como taxas elevadas de analfabetismo, evasão escolar e a completa falta de pesquisas educacionais na região.

Dedico a minha esposa por seu apoio em
momentos de dificuldade durante
a pandemia de covid-19.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professor orientador Lindomar Wessler Boneti por compreender minha situação como estrangeiro e emigrante Venezuelano, e na sua vez compreender meu desejo de prosseguir com os estudos de pós-graduação. Obrigado pela sua decisão de apoiar-me em os momentos de dificuldade e os momentos de sucesso.

Eu sou grato também estender meu agradecimento ao Professor Dr. Rodrigo Alvarenga por haver enviado o edital de vaga internacional para estudantes estrangeiros, sim essa ação, ainda não fosse possível haver sido estudante do mestrado e muitos menos haver realizado esta dissertação. Também quero agradecer à na turma do primeiro semestre de ano 2021, por brindar seu apoio e solidariedade, meu, mas sinceros obrigados. À PUCPR por habilitar as vagas para estudantes estrangeiros e sua política de inclusão a os imigrantes.

Finalmente, a meus queridos familiares, e amigos, agradeço por todo apoio, paciência e carinho. Foi muito especial e importante ter vocês ao meu lado em toda esta trajetória.

A etimologia do termo pandemia diz
isso mesmo: todo o povo. A tragédia
é que neste caso a melhor maneira
de sermos solidários uns com os
outros é isolarmo-nos uns dos outros
e nem sequer nos
tocarmos. É uma estranha
comunhão de destinos. Não serão
possíveis
outras?

(SANTOS, 2020, p.7)

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os desafios relacionados ao direito à educação no Brasil durante a pandemia da Covid-19, por meio da percepção das aulas remotas. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa de campo foi realizada em duas escolas públicas de ensino fundamental em Encruzilhada do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. A primeira escola, denominada de escola vermelha, teve a participação de cinco professoras, nomeadas como professora A, professora B, professora C, professora D, e professora E. Já a segunda escola, chamada de escola amarela, teve a participação de quatro professoras, nomeadas como professora F, professora G, professora H e professora I. Os resultados obtidos destacaram os desafios enfrentados no direito à educação durante o ano letivo de 2020, em que não havia vacina disponível. Por outro lado, a pesquisa também analisou os desafios enfrentados no direito à educação durante o ano letivo de 2021, com a existência de vacinas.

Palavras-chave: Aulas remotas, Pandemia de Covid-19, Desafios.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the obstacles related to the right to education in Brazil during the Covid-19 pandemic, through the perception of remote classes. Using a qualitative approach, field research was carried out in two public elementary schools in Encruzilhada do Sul, in the state of Rio Grande do Sul. The first school, called the red school, had the participation of five teachers, named as teacher A, teacher B, teacher C, teacher D, and teacher E. The second school, called the yellow school, had the participation of four teachers, named as teacher F, teacher G, teacher H and teacher I. The results obtained highlighted the challenges faced in the right to education during the 2020 school year, in which there was no vaccine available. On the other hand, the research also analyzed the challenges faced in the right to education during the 2021 school year, with the existence of vaccines.

Keywords: Remote class, Covid-19 Pandemic, Challenges.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Suspensão das aulas durante a pandemia de covid-19 em alguns países.....	28
Tabela 2- Quantidade de escolas que suspenderão as aulas presenciais durante o ano letivo 2020.....	29

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Roteiro de questões professores, professoras.....	35
QUADRO 2 – Questões fechadas sobre os desafios do direito à educação durante a pandemia de covid-19 sem vacina.....	40
QUADRO 3 - Questões abertas sobre os desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 sem vacina.....	41
QUADRO 4 – Questões fechadas sobre os desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 com vacina.....	41
QUADRO 5 – Questões abertas sobre os desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 com vacina.....	42
QUADRO 6 – Series/ano em que leccionou durante a pandemia de covid-19. .	55
QUADRO 7 – Palavras chaves das dificuldades.....	56
QUADRO 8 – Nome usado na escola para a chamar a modalidade não presencial.....	58
QUADRO 9 – Ajuda de um familiar nas aulas remotas	59
QUADRO 10 - Tipo de ensino não presencial.....	66
QUADRO 11 - Tipo de ensino não presencial na escola amarela com vacina...67	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração Nº 1: Pergunta fechada 1.....	42
Ilustração Nº 2: Questão fechada 2.....	44
Ilustração Nº 3: Questão fechada 3.....	44
Ilustração Nº 4: Questão fechada 4.....	45
Ilustração Nº 5: Questão fechada 1 da escola amarela.....	51
Ilustração Nº 6: Questão fechada 2 escola amarela	52
Ilustração Nº 7: Pergunta fechada 1 na escola vermelha com vacina.....	53
Ilustração Nº 8: Questão fechada 1.....	54
Ilustração Nº 9: Pergunta fechada 1 na escola vermelha com vacina.....	60
Ilustração Nº 10: Questão fechada 2 da escola vermelha.....	62
Ilustração Nº 11: Questão fechada 1 na escola amarela com vacina.....	63
Ilustração Nº 12: Pergunta fechada 2 escola amarela com vacina.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ERE	Ensino Remote Emergencial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
trad.	Tradutor
EaD	Educação à Distância
CEPAL	Comissão Econômica da América Latina
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
OIM	Organização Internacional das Migrações
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OMS	Organização Mundial da Saúde
MS	Ministério de saúde

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	17-21
1. OS DESAFÍOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL	
1.1. ESTADO DE EXEÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	22-27
1.2. NOVOS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS	27
1.3. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 SEM VACINA	27-34
1.4. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 COM VACINA	34-35
2. MEDIDAS SANITARIAS CONTRA COVID-19 NO SETOR EDUCATIVO	
2.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	36-39
2.3. MEDIDAS ADOTADAS NO ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL	39-40
2.4. MEDIDAS ADOTADAS NO MUNICÍPIO ENCruzilhada DO SUL	40-41
3. INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS NO CAMPO	
3.1. FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	42
3.2. PARTICIPANTES	42
3.3. PERFIL DE PARTICIPANTES	42
3.4. CONTATO E SELEÇÃO DE PARTICIPANTES	42-43
3.5. ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	43-44
3.6. VALIDAÇÕES DOS ROTEIROS DAS ENTREVISTAS	45
4. ASPECTOS ÉTICOS	
4.1. MEDIDAS SANITARIAS NAS ENTREVISTAS	46
4.2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO DE PARTICIPANTES	46
4.3. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DE PARTICIPANTES	46
4.4. RISCOS DE PARTICIPANTES	46
4.5. MITIGAÇÃO DE RISCOS	47
4.6. BENEFÍCIOS	47
5. ANÁLISE E RESULTADOS	48-77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78-79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80-85
ANEXO 1- ENTREVISTAS DA ESCOLA VERMELHA	86-94
ANEXO 2- ENTREVISTAS DA ESCOLA AMARELA	95-106
ANEXO 3- TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	107-109
ANEXO 4- PARECER CONSUBSTANCIADO	109-116

INTRODUÇÃO

O seguinte tema de pesquisa surgiu como resultado de minha experiência como pai, tendo dois filhos cursando o ensino fundamental na rede pública de ensino fundamental do município de Curitiba, Estado do Paraná. Nos primeiros 3 meses do ano letivo de 2020, meu filho Diego, de 6 anos, estudava o primeiro ano do ensino fundamental na modalidade presencial, da mesma forma meu filho Jean, de 9 anos, estudava 4º ano do ensino fundamental anos iniciais, também na modalidade presencial, posteriormente esta modalidade foi alterada para a modalidade não presencial como consequência da pandemia de covid-19.

O dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a emergência sanitária mundial pelo vírus SARS-2 ou também chamado de pandemia de covid-19. Deste modo, foi indicado que o vírus SARS-Cov-2 pode ser contraído pelo nariz ou pela boca, razão pela qual as organizações de saúde federal, estadual e municipal foram instadas a legislar sobre as formas e meios de contato entre humanos. Da mesma forma, foi relatado em 2020 que a doença de coronavírus ou (covid-19) não tinha um medicamento ou vacina para evitar seus efeitos mortais em seres humanos.

Nesse quadro de saúde global, os países passam a invocar a calamidade pública constitucional com o objetivo de poderem declarar a emergência nacional de saúde. Dessa forma, o Estado Brasileiro adotou, por meio do poder executivo federal, poder executivo estadual e poder executivo municipal, um pacote de medidas sanitárias cujo objetivo era a prevenção do vírus SARS-Cov-2; Entre as medidas adotadas, podem-se citar: 1. Uso obrigatório de máscaras faciais, 2. Medição de temperatura, 3. Higienização das mãos e antebraços com álcool, 4. Lavagem das mãos com sabão, 5. Proibição de aglomeração de pessoas, 6. Isolamento social, 7. Distanciamento de 2 metros entre pessoas, entre outros.

No campo educacional, foram adotadas medidas sanitárias para evitar a propagação do vírus SARS-Cov-2 entre alunos, professores, docentes, pessoal administrativo, pessoal obrero, pais, mães, representantes, gestores e agentes

educacionais, deste modo se chegou a suspensão de atividades acadêmicas na modalidade presencial e se adotou como ação educativa a modalidade de aulas não presenciais através da utilização de meios tecnológicos e não tecnológicos.

A modalidade de atividades educativas por meio tecnológico gera na comunidade escolar (professores, professoras, alunos, pais, mães, gestores, agentes educacionais, entre outros) o uso de diferentes termos para se referir à nova modalidade de estudo, dentre os mais comuns podem ser citadas: sala de aula virtual, videoaula, educação a distância (EaD), sala de TV, sala de rádio, aula síncrona, aula assíncrona, educação a distância, ensino online, ensino a distância, ensino remoto emergencial, aulas remotas, entre outros. Por outro lado, a modalidade de atividades educativas por meios não tecnológicos adotou como principais nomes a entrega de material impresso a cada 15 ou 30 dias e visitas a cada 15 ou 30 dias na residência do aluno.

Nesta pesquisa, adotamos o termo aulas remotas para nos referirmos às aulas que acontecem ao vivo entre alunos e professores, enquanto, por outro lado, usamos o termo ensino remoto emergencial para nos referirmos a todas as atividades educacionais não presenciais que utilizam meios tecnológicos e meios não tecnológicos para o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Hodges, Trust, Moore, Bond e Lockee (2020, apud OLIVEIRA, 2020, p.62) o ensino remoto emergencial (ERE) pode ser contextualizado como “uma mudança temporária para um método alternativo de ensino devido a circunstâncias de crise”

Porém, a nova modalidade adotada foi algo novo, desconhecido e cheio de desafios para a comunidade escolar, o que implica a necessidade de colocar a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção de professores e professoras sobre os desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19?

Dessa maneira, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 por meio das percepções de professores, professoras acerca das aulas remotas da rede pública de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul-RS. Entretanto, os objetivos específicos são: 1. Analisar os desafios do direito a

educação no Brasil 2. Compreender as medidas sanitárias adotadas no âmbito educativo. 3. Identificar as experiências dos professores, professoras sobre o ensino remoto emergencial.

A pesquisa define-se como uma pesquisa qualitativa, desenvolvida a través de um trabalho de campo realizado em 2 escolas da rede pública de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Assim, a primeira escola adota o nome de cor vermelha, e foi o local onde foram entrevistadas cinco professoras, baixo os nomes de professora A, professora B, professora C, professora D e professora E. A segunda escola adota o nome de cor amarela e foi o local onde foram realizadas as entrevistas da professora F, professora G, Professora H e Professora I.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, que seguem a seguinte ordem: uma introdução, o capítulo 1 com o tema os desafios do direito da educação no Brasil, seguidamente o capítulo 2 sob o tema medidas sanitárias contra a covid-19, logo depois o capítulo 3 sob o tema instrumentos e coleta de dados, logo o capítulo 4 com o tema aspectos éticos, após o capítulo 5 com o nome de análise e resultados.

Também, é importante referir que no decorrer da investigação uma situação pessoal irá alterar a área de estudo, trata-se de uma oferta de emprego que tive em novembro de 2021 para ser vinicultor numa fazenda situada numa zona rural do Município de Encruzilhada do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. A oferta de emprego me obrigou a mudar com minha família da cidade de Curitiba, no estado do Paraná, para a cidade de Encruzilhada do Sul.

Por meio dessa experiência pude constatar o tema da desigualdade social no meio rural do Brasil, já que muitos dos meus colegas de trabalho não sabiam ler, outros não terminaram o ensino fundamental porque desde crianças tiveram que ir a trabalhar para sustentar a casa. Com meus amigos, parceiros e colegas de campo pude mostrar como é duro o trabalho no campo, aprendi também a conviver em harmonia com o mato, os animais domésticos e silvestres, aprendi a cultivar uvas e hortaliças.

A convivência com os gaúchos me motivou a investigar a cultura gaúcha, sobre sua realidade econômica, social e educacional, para entender a realidade do campo brasileiro que é muito diferente da realidade urbana. Foi assim que comecei a estudar os dados quantitativos e qualitativos do município, que me levariam mais tarde a falar com o professor orientador para mudar o local da área de estudo.

Enquanto, O município de Encruzilhada do Sul segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2022, online) é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul, localizado no Vale do Rio Pardo. O qual tem uma área territorial de “3.347.861 KM²”, com uma densidade demográfica de “7,33 hab/km²”. Logo depois, segundo dados do site cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2001, online) o município está composto por 7 distritos, que são: “Encruzilhada do Sul, Capitão Noronha, Cerro Partido, Coronel Prestes, Maria Santa, Pompeu Machado e Santa Bárbara”

Por outro lado, no que diz respeito à cultura gaúcha, esta tem sua origem segundo Michelin & Teixeira (2017, p.110) “no homem do pampa, ou gaúcho do interior” transformando-se posteriormente em um personagem mitológico que habitava o sudoeste do Rio Grande do Sul na região dos pampas do sul do Brasil na atual fronteira com a Argentina e o Uruguai conhecida como Campanha.

Segundo o relatório intitulado perfil das cidades gaúchas-Encruzilhada do Sul do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, SEBRAE/RS (2020, p. 5-13) o município apresenta uma população estimada para o ano de 2019 de 24.086 habitantes. Assim sendo 68% (14.281) se encontra sem escolaridade e ensino fundamental incompleto, 16% (3.373) possuem ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, enquanto 3% (760) da população possui ensino superior. Não que respeite o número de escolas, segundo este mesmo relatório do SEBRAE/RS (2020, p. 14) o município possui 17 escolas administradas pela secretaria municipal de educação, 7 escolas dependentes da secretaria estadual de educação, 1 escola particular.

Assim como, o número de alunos do ensino fundamental matriculados nas escolas da rede pública de ensino fundamental da secretaria municipal de educação é de 1.240, enquanto o número de alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental dependente da secretaria estadual de educação é de 1.455

1. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

1.1. Estado de exceção em tempos de pandemia

A noção de estado de exceção possui diferentes abordagens, como a abordagem histórica, a abordagem política e a abordagem jurídica, entre outras. Esta pesquisa procura abordar o estado de exceção durante a pandemia de covid-19, e a partir daí identificar os argumentos jurídicos utilizados para apresentá-lo e justificá-lo como estado de emergência sanitária devido ao vírus SARS-COV-2.

Em artigo de opinião publicado durante a pandemia de covid-19, o filósofo Agambem, (2020, Online) critica os esforços de alguns intelectuais para tentar separar o conceito de estado de exceção do conceito de estado de emergência. Segundo este autor, tal distinção não existe e, se existir, “resolve-se em ambos os casos na pura e simples suspensão das garantias constitucionais”.

Antes da ocorrência da pandemia de covid-19, o professor Agambem (2004, p. 13) havia feito uma abordagem do conceito de estado de exceção estabelecido pelo filósofo Carl Schmitt em sua obra *Filosofia Política* (*Politische Theologie*, 1922) onde afirmava que o:

Totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político.

Ao contrário de Agambem, outro autor que trabalhou o conceito de estado de exceção é o filósofo Mbembe (2016, p. 124) e o descreve como “uma suspensão temporal do estado de direito” para adquirir um caráter especial de permanência contínua além do estado normal de direito”

Durante o ano de 2020, quando a pandemia de covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), muitos governos (poder executivo)

solicitaram formalmente ao congresso ou assembleia nacional (poder legislativo) a promulgação dos estados de exceção, estado de emergência e estado de calamidade com propósito de ter plenos poderes para gerir a pandemia.

Para os autores Sampaio & Assis (2020, p. 191) compete ao presidente da república “reconhecer o estado de emergência ou o estado de calamidade pública mediante solicitação do poder executivo do Estado, do distrito federal ou do município afetado pelo desastre”

Dessa forma, por meio da mensagem presidencial nº 93 enviada ao congresso nacional por meio do ofício nº 98/2020/SG/PR, foi instaurado o pedido formal do estado de calamidade pública com os seguintes fundamentos:

Senhores membros do congresso nacional,

Em atenção ao disposto no art.65 da lei complementar n 101, de 4 de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, solicito a Vossas excelências o **reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020**, em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde, com as consequentes dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2 da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.(BRASIL, 2020)

Um dos elementos importantes a serem analisados dentro da mensagem presidencial nº 93 foi o prazo solicitado pelo poder executivo para administrar a calamidade pública ao poder legislativo, que compreende desde a aprovação do decreto legislativo em 20 de março de 2020 até a 31 de dezembro de 2020, ou seja, esse decreto de calamidade pública durou aproximadamente 9 meses e 11 dias.

Da mesma forma, outro instrumento legal que ratifica o prazo solicitado pelo Poder Executivo é o Decreto Legislativo nº 6 de 2020 do Poder Legislativo, que estabelece em seu artigo 1º:

Fica reconhecida, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a **ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020**, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.(BRASIL, 2020)

Dessa forma, podemos dizer que ambos instrumentos normativos definem explicitamente o período de tempo da calamidade pública.

Por outro lado, a Constituição Federal de 1988, estabelece no artigo 136 o estado de defesa em duas circunstâncias: a primeira é a instabilidade institucional e a segunda é a acometimento por calamidades naturais de grandes proporções. Por outro lado, o artigo 137 determina o estado de sítio sob duas hipóteses, tais como, “grave comoção de repercussão nacional ou sucessão de fatos que demonstrem a ineficácia da medida tomada durante o estado de defesa; e II Declaração de estado de guerra ou resposta a uma agressão armada estrangeira”

Segundo os autores Sampaio & Assis (2020, p.192) existem certos critérios e parâmetros para saber quando decretar estado de emergência e quando decretar estado de calamidade pública, para isso os diferentes tipos de desastres são descritos em "calamidades dos graus I e II dão ensejo à promulgação da situação de emergência, enquanto as calamidades do grau III dão ensejo à promulgação do estado de calamidade pública".

Neste quadro de ideias, a instrução normativa n.º 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministro de Estado da Integração Nacional estabelece no artigo 2.º três níveis para medir a intensidade da calamidade, tais como: “a) nível I - desastres de pequena intensidade. b) nível II - desastres de média intensidade. c) nível III - desastres de alta intensidade”.

Da mesma forma, Sampaio & Assis (2020, p. 191) consideram que no Brasil existe um sistema jurídico emergencial que pode atender a essa demanda, é o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) que estabeleceu novos conceitos e procedimentos para os estados de exceção.

No entanto, esta instituição carecia de instrumentos legais para definir o conceito de estado de emergência sanitária devido à covid-19, o que resultou na modificação do Decreto 7.257, de 2010, pelo artigo 2º, III, pelo Decreto Nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020 sobre a organização e funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informação de Calamidades.

Tal situação pode ser evidenciada no conceito de estado de calamidade pública explícito no decreto nº 7.257 do ano de 2010, no artigo 2º, IV que definiu o estado de calamidade pública como “uma situação anormal, causada por desastres, que cause danos e prejuízos que impliquem um comprometimento substancial na capacidade de resposta do poder público da entidade afetada”

Por outro lado, esse conceito foi ampliado com o Decreto Nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, em seu artigo 2º, VIII quando o estado de calamidade pública é definido como:

Situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente federativo atingido ou que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação.
(BRASIL, 2020)

Outra situação importante a ser analisada na Mensagem Presidencial nº 93, de 18 de março de 2020, é a justificativa para solicitar a aprovação do estado de calamidade pública, que foi fundamentado da seguinte forma:

Com efeito, vivemos sob a égide de pandemia internacional ocasionada pela infecção humana pelo coronavírus SARS-Cov-2 (COVID-19), com impactos que transcendem a saúde

pública e afetam a economia como um todo e poderão, de acordo com algumas estimativas, levar a uma queda de até dois por cento no Productio Interno Bruto-PIB mundial em 2020.

O desafio para as autoridades governamentais em todo o mundo, além das evidentes questões de saúde pública, reside em ajudar empresas e pessoas, especialmente aquelas mais vulneráveis à desaceleração do crescimento econômico, a atravessar este momento inicial, garantindo que estejam prontas para a retomada quando o problema sanitário tiver sido superado.

Extrai-se, portanto, que a emergência do surto do COVID-19 como calamidade pública gerará efeitos na economia nacional, com arrefecimento da trajetória de recuperação econômica que vinha se construindo e consequente diminuição significativa de arrecadação do Governo federal. Vale ressaltar, que, neste momento, o Brasil esta entrando na crise e ainda que ela já esteja presente em outros países a incertza envolvida no seu dimensionamento, em nível global e nacional, inviabiliza o estabelecimento de parâmetros seguros, sobre os quais os referenciais de resultado fiscal poderiam ser adotados.(BRASIL, 2020)

Para os autores Sampaio & Assis (2020, p. 194) a justificativa do presidente da república (poder executivo) era a proteção da economia como principal argumento e não as medidas sanitárias para proteger a população da propagação do vírus vírus.

Segundo esses autores, essa situação foi evidenciada nas seguintes ações do poder executivo:

Medidas provisionales emitidas por el presidente de la República, en particular la liberación de crédito extraordinario al Ministerio de Defensa (Medida Provisional

921 del 7 de febrero de 2020); la concesión de un plazo de doce meses para el reembolso de las cifras relacionadas con la compra de billetes aéreos en contratos firmados hasta el 31 de diciembre de 2020 (Medida Provisional 925 del 18 de marzo de 2020); flexibilidades en las normas laborales para permitir la concesión de vacaciones colectivas, el uso y la anticipación de días festivos, el aplazamiento del Fondo de Garantía del Tiempo y Servicio (FGTS), entre otras medidas (Medida Provisional 927 del 22 de marzo de 2020). A su vez, los estados y municipios adoptaron medidas más restrictivas, lo que produjo una descoordinación federativa. El clima de tensión se agravó por el comportamiento del presidente de la República. El presidente se opuso, bajo el argumento del impacto financiero, al aislamiento social y a la suspensión de las actividades comerciales adoptadas por algunos estados y municipios. Dentro de los estados, los gobernadores y alcaldes también estaban en desarmonía, lo que agravó el caos social y anuló la posibilidad de una respuesta rápida y eficiente a la pandemia.

Dessa forma, uma das vozes críticas que tenta contextualizar o estado de exceção sob a declaração da pandemia de covid-19 é o professor Santos (2020, p. 14) que emite um alerta dizendo “O Estado, ao tomar estas medidas de vigilância e restringir a mobilidade das pessoas com o argumento de combater uma pandemia, vai ter poderes especiais que colocam em risco a democracia”

Atualmente, a comunidade científica tem publicado alguns dados sobre a propagação do vírus SARS-CoV-2 que nos levam a questionar os argumentos e justificações para a declaração do estado de emergência, neste sentido, de acordo com o Plano Operacional Nacional de Vacinação contra a Covid-19 (2022, p.14) estabelece que: “Quase 80% das pessoas com covid-19 se recuperam sem necessidade de tratamento hospitalar”. Da mesma forma, sustenta que uma (1) em cada seis (6) pessoas infectadas com o vírus SARS-COV-2 permanece grave e desenvolve dificuldade para respirar”

1.2. Novos desafios a serem enfrentados

Antes mesmo da pandemia de covid-19, o Brasil já encarava uma série de desafios no que diz respeito ao direito à educação, incluindo a falta de cobertura escolar, orçamento insuficiente, qualidade abaixo do esperado, e a dificuldade em implementar a lei de cotas, entre outros problemas. Com o surgimento da pandemia, surge uma série de novos desafios, que se somam aos já existentes.

Para enfrentar estes desafios, propomos estudar duas categorias relacionadas ao direito à educação no Brasil durante o período da pandemia. A primeira categoria trata dos desafios educacionais em tempos de pandemia sem vacina, período que compreende desde 11 de março de 2020, data da declaração da pandemia pela OMS, até 18 de janeiro de 2021, quando se iniciou a implementação do plano nacional de vacinação. A segunda categoria trata dos desafios educacionais em tempos de pandemia com vacina, que vão desde 18 de janeiro de 2021, quando se iniciou o plano operacional nacional de vacinação até o momento em que todos os membros da comunidade escolar forem vacinados.

1.3. Desafios educacionais em tempos de pandemia de covid-19 sem vacina

A educação é um direito que se relaciona diretamente com o direito à vida, à saúde, e a diversos outros direitos dos indivíduos que compõem a comunidade escolar, incluindo profissionais da educação, docentes, discentes, administrativos, pais, mães e tutores.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à educação em seu artigo 205, que diz “A educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada por toda a sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa.”

No entanto, esse direito não está sendo plenamente exercido durante o ano letivo de 2020 e parte do ano letivo de 2021, em decorrência da emergência de saúde pública que foi desencadeada pelo vírus SARS-CoV-2 em 2019, declarada como emergência internacional de saúde em março de 2020.

Atualmente, essa emergência de saúde é conhecida como pandemia de covid-19. Quando o vírus foi declarado como uma emergência de saúde internacional, a comunidade internacional foi informada que não havia nenhum tratamento farmacológico seguro para combater a doença, e também não existia uma vacina que pudesse garantir a imunidade individual e, por consequência, a imunidade de rebanho. Diante deste contexto incerto, as medidas sanitárias de prevenção e controle da COVID-19, conhecidas como medidas sanitárias ou medidas de combate à COVID-19, surgiram como métodos confiáveis e eficazes para reduzir a disseminação do vírus.

As medidas sanitárias mais conhecidas são distanciamento social, isolamento social, uso de álcool 70%, lavagem das mãos com sabonete antibacteriano, uso de máscaras faciais, evitar aglomerações, manter ventilação natural por portas e janelas. As seguintes medidas de saúde, como isolamento social e evasão, foram propostas no setor educacional para prevenir a propagação do SARS-CoV-2 e prevenir comorbidades ou mortes entre membros em risco da comunidade escolar.

A implementação dessas duas medidas anti-Covid-19 fez com que instituições de ensino nos níveis federal, estadual e municipal concordassem com a iniciativa do governo de encerramento de escolas, institutos e universidades, com o objetivo de transformar o ensino não presencial com o apoio das tecnologias existentes. O formato de ensino não presencial utilizado durante a pandemia da Covid-19 possibilitou juntar dois nomes com essa dimensão, de um lado o Ensino a Distância (EaD), que é utilizado no Brasil há décadas, para estudos superiores e de pós-graduação.

Por outro lado, uma proposta de um modelo extraordinário de aulas remotas (síncrono e assíncrono) de aprendizagem através do sistema educacional.

Os principais desafios em relação ao direito à educação no Brasil sem vacina durante a pandemia da Covid-19 surgiram a partir da revisão de diversos documentos, entre os quais podemos citar o relatório da Relus (2021, p.4) identifica 8 dificuldades, que são:

1. Cooperação internacional.
2. Atividades e calendário escolar.
3. Uso de tecnologias.
4. Proteção dos direitos e garantias dos alunos.
5. Proteção e garantia dos direitos dos trabalhadores da educação.
6. Financiamento.
7. Privatização.
8. Reabertura das escolas.

Por outro lado, foi aprovada o Parecer CNE/CP nº: 5/2020, em 28 de abril de 2020, que trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de considerar atividades não presenciais para cumprimento da carga horária mínima anual em razão da pandemia do COVID-19. Desse modo a reorganização do calendário escolar foi apontada como o principal problema, por ser “um meio de organizar a distribuição da carga legal para cada nível, fase e modalidade do ensino público durante o ano letivo”.

O segundo documento foi o Parecer CNE/CP nº: 11/2020 sobre instruções para a condução de aulas e atividades pedagógicas, aprovada em 07 de julho de 2020, que trata das principais dificuldades:

1. Apoiar a decisão de regresso às aulas presenciais;
2. Dá instruções que orientam a elaboração de calendários e protocolos especiais de estabelecimentos de ensino definidos pelos governos locais e regionais
3. Apresentar sugestões e recomendações organizacionais e pedagógicas que as escolas e os sistemas educativos possam desenvolver. (BRASIL, 2020)

Nesse sentido, a pesquisa traça os desafios do direito a educação no Brasil durante a pandemia da COVID-19 sem vacina, por exemplo: primeiro, a continuidade das atividades escolares, segundo a reorganização do calendário escolar, terceiro, as desigualdades tecnológicas e de conectividade.

1.3.1 Atividades escolares

Alguns autores consideram que nos sistemas educativos podem existir dois tipos de ensino: o primeiro é o ensino presencial e o segundo é o uso das tecnologias educativas (aulas online, ensino à distância, aulas remotas, outros). Segundo a pesquisadora Bruscato (2021, p. 5), a forma de ensino presencial “é a mais antiga, pois basta que alguém que esteja pronto para ensinar no mesmo ambiente daquele que deseja aprender”

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO (2021, Pág. 18) desde o início da pandemia de Covid-19 em fevereiro de 2020 até fevereiro de 2021, vários países adotaram a suspensão das aulas presenciais no setor da educação como principal medida para evitar a propagação do vírus. (Ver tabela nº 1 para suspensão de cursos presenciais em alguns países durante a pandemia de Covid-19)

Tabela Nº 1: Suspensão de aulas durante a pandemia de covid-19 em alguns países

N	PAIS	SUSPENÇÃO DE AULAS PRESENCIAIS
1	França	43 dias
2	Portugal	67 dias
3	Espanha	75 dias
4	Dinamarca	76 dias
5	Alemanha	92 dias
6	Austrália	125 dias
7	Canadá	163 dias
8	Colômbia	173 dias
9	México	180 dias
10	Argentina	199 dias

Fonte: UNESCO, 2020, Monitoramento Global de Fechamento de Escolas Causado pelo COVID-19. Disponível: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse> (acessado em 23 de fevereiro de 2021).

Em relação ao Brasil, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP (2021 s/p) o sistema educacional brasileiro foi suspenso por 284 dias das aulas presenciais durante o ano letivo de 2020 e 2021. Durante este período, o ensino remoto emergencial foi a principal ação educacional para dar continuidade ao processo educacional de ensino e aprendizagem. (Ver tabela nº 2 para o número de escolas que suspenderam as aulas presenciais)

Tabela N 2: Número de escolas que suspenderão as aulas presenciais durante o ano letivo de 2020

TIPO DE ESCOLAS	QUANTIDADES DE ESCOLAS
Públicas	133.685
Privadas	33.881
TOTAL	167.566

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021

O ensino continua na modalidade não presencial em consequência da suspensão das atividades escolares presenciais. Utilizo uma variedade de termos para descrever o ensino, incluindo educação a distância, aulas remotas, ensino online, ensino remota de emergência, ensino por videoaulas, entre outros.

Embora seja verdade que a ideia de aulas remotas e educação a distância às vezes podem ser muito semelhantes, podemos dizer que os dois conceitos são distintos em termos de direito e história. Do ponto de vista histórico, a educação a distância é utilizada em programas de ensino superior e certificação desde o século 20, mas a ideia de aulas remotas só se popularizou em 2020, quando as aulas presenciais foram suspensas devido à pandemia do coronavírus (COVID-19).

Em termos normativos, podemos dizer que a ideia de EaD está presente em vários marcos legais, como mostram as seguintes normas:

Decreto N.5. 622/2005, Decreto nº 5.733/2006, Decreto nº 6.303/2007 e Portaria Normativa nº 10/2009. No caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) em seu artigo 80 dispõe “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”

Por outro lado, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em seu artigo 1º, assim a descreve:

A Educação a Distância caracteriza-se como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com alunos e professores desenvolvendo atividades educativas, em diferentes lugares ou tempos. (BRASIL, 2005)

Não há dispositivos que exibam explicitamente um conceito ou caracterização quando buscamos uma norma sobre ensino remoto . O conceito de ensino remoto emergencial também é levado em consideração neste trabalho, pois permite abranger toda a suspensão do funcionamento das escolas durante a pandemia de COVID-19 em seus diversos tempos (ensino remoto, ensino híbrido e retorno ao presencial). Assim, Ensino Remoto de Emergência (ERE) pode ser contextualizado como uma mudança temporária para um modo de ensino alternativo.

Para Oliveira, (2020 apud Hodges et al., 2020, p. 62) entendem o Ensino Remoto de Emergência (ERE) como:

O tipo de abordagem que envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que de outra forma seriam ministradas pessoalmente ou como cursos mistos ou híbridos, e retornarão a esse formato assim que o crise ou emergência passou.

1.3.2 Reorganização do Calendário Escolar

O calendário escolar é definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada na Lei nº 9.394/1996, no artigo 24 do seguinte modo:

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. (BRASIL, 1996)

Dessa forma, podemos inferir que a carga horária é de 800 horas durante um período de 200 dias letivos. Nesse sentido, por meio da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, foram estabelecidas regras excepcionais sobre o ano letivo do ensino fundamental e superior decorrentes das medidas para enfrentamento da referida situação de emergência de saúde pública de 6 de fevereiro de 2020.

De acordo com esta regra no artigo 1º, estabelece “O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar”

Dentro da reorganização do calendário escolar por meio da modalidade de aulas presenciais, foi aprovado o uso de tecnologias, conforme o Decreto nº 376, de 3 de abril de 2020 em sua artigo 1 :

As instituições integrantes do sistema federal de ensino de que trata o art. 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 20 da Lei nº 12.513, 26 de outubro de 2011, ficam autorizadas, em caráter excepcional, quanto aos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento, a suspender as aulas presenciais ou substituí-

las por atividades não presenciais, por até sessenta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital, na forma desta Portaria. (BRASIL, 2020)

Por outra parte o PARECER CNE/CP Nº:5/2020 aprovado em 07 de julho de 2020 (PARECER Nº 5/2020, p. 5) considera:

A reorganização do calendário escolar visa a garantia da realização de atividades escolares para fins de atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos nos currículos da educação básica e do ensino superior, atendendo o disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária. (BRASIL,2020)

1.3.3 Desigualdades tecnológicas e conectividade

O fechamento das escolas e a proposta de continuidade das aulas na modalidade de ensino remoto emergencial, tornou-se um empidimento para alguns alunos que não possuem meios tecnológicos e conectividade com a Internet para acessar à educação. Por outro lado, tornou-se uma oportunidade para outros alunos que dispõem de meios tecnológicos, tem acesso à Internet, computadores, dispositivos móveis, formação sobre a utilização de plataformas digitais para desenvolver competências nesta área. A consequência dessa situação descrita foi evidenciada no retorno das aulas presenciais em termos de lacuna ensino-aprendizagem e evasão escolar.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2018) estima que entre “4,3 e 4,4 milhões de estudantes não possuem acesso domiciliar à internet banda larga ou 3G/4G para atividades de ensino-aprendizagem à distância”. Esses dados foram estimados a partir de uma população de 27,2 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental em todo o Brasil.Outro aspecto da análise desses dados é a falta de vontade política pelo governo federal, estadual e municipal para desenvolver soluções por meio

do auxílio emergencial escolar para disponibilização de aparatos tecnológicos (computadores, tablets, celulares) e internet para famílias com alunos carentes ou em estado de vulnerabilidade.

1.4 Os desafios da educação em tempos de pandemia de Covid-19 com vacina

Este período de tempo começa em 18 de janeiro de 2021, quando o plano operacional de vacinação começa a ser executado em todo o Brasil, no caso do setor educacional, começa em março de 2021, quando começa o ano letivo escolar de 2021. Ao mesmo tempo, começa o processo de vacinação dos membros da escola, entre os quais temos: profissionais da educação, pessoal trabalhador, pessoal administrativo, agentes educacionais. Após a conclusão do processo de vacinação, duas modalidades de estudo serão implementadas no sistema educacional, que são: a modalidade de ensino híbrido e o retorno às aulas presenciais. Em ambas modalidades, serão implantados protocolos sanitários para prevenção e controle da covid-19.

1.4.1 Modo de ensino híbrido

Para a pesquisadora Silva (2017 p. 155) a modalidade de ensino híbrido é uma abordagem pedagógica que combina atividades presenciais e atividades realizadas por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). De maneira geral, pode-se dizer que a modalidade híbrida são aulas mistas entre aulas remotas e aulas presenciais. Nesta modalidade, começamos a adaptar as seguintes medidas sanitárias a nível escolar. Distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas, uso obrigatório de máscaras faciais, higienização das mãos com álcool 70%, medição de temperatura ao entrar e sair da escola, entre outros.

Essa modalidade foi adotada em consonância com os avanços nos processos de vacinação de profissionais da educação, pessoal administrativo, entre outros. O período de tempo desta fase vai desde o início do calendário escolar em março de 2021 até dezembro de 2021. Durante esta modalidade, serão adotados protocolos sanitários nas escolas.

2. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA COVID-19 NO SETOR EDUCAÇÃO

As medidas sanitárias de prevenção e controle da covid-19 surgiram num momento de incerteza, na ausência de um medicamento e na inexistência de uma vacina, tornando-se o método mais seguro para desminuir a propagação do vírus SARS-COV-2 e de desta forma, evitar o colapso dos sistemas de saúde. As medidas sanitárias têm sua origem através de um Estado de exceção invocado pelo poder executivo federal para declarar Emergência Sanitária de Importância Nacional, posteriormente as medidas sanitárias foram constituídas através de um pacote de dispositivos legais que visam alcançar imunidade de rebanho na sociedade, assim surgem diversos dispositivos legais que impõem medidas sanitárias obrigatórias de prevenção e controle da Covid-19 em todos os setores sociais.

Inquestionavelmente da origem das medidas sanitárias contra o covid 19, elas se consituem em métodos eficientes para frear a propagação do vírus SARS-COV-2. Dessa forma, uma vez alcançada a imunidade de rebanho com o plano operacional de vacinação de 2021, as medidas sanitárias deixaram de ser dispositivos legais para se tornarem hábitos sanitários consuetudinários e voluntários.

2.1. Medidas sanitárias de prevenção e controle da covid-19 no setor educação

Conforme descrito acima, neste texto queremos abordar especificamente as medidas de prevenção e controle contra o covid19 aplicadas no setor de educação, especialmente no governo federal por meio do Ministério da Educação, no governo do estado do Rio Grande do Sul por meio da Secretaria de Estado da Educação e na área do Município de Encruzilhada do Sul através da Secretaria Municipal de Educação.

2.2 Medidas sanitárias adotadas no âmbito do Ministério da Educação

As medidas sanitárias de prevenção e controle da covid-19 adotadas no setor educacional podem ser classificadas de duas formas: a primeira classificação será chamada de medidas sanitárias com custo econômico, a segunda medidas sanitárias sem custo econômico.

Entre as medidas sanitárias com custo econômico estão: uso de máscaras descartáveis, uso de álcool 70%, termômetros de medição de temperatura, dispenser de álcool, entre outros. Por outro lado, entre as medidas sanitárias adotadas que não geram custo econômico estão: distanciamento físico de 1 metro ou 1,5 metro entre as pessoas, cobrir nariz e boca ao tossir ou espirrar, evitar apertos de mão e beijos entre as pessoas, entre outras.

A implementação de medidas sanitárias no campo educacional para o retorno das aulas presenciais foi financiada de acordo com o documento denominado guia para implementação de protocolos para o retorno das atividades presenciais nas escolas da educação básica, 2021 por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola de Emergência (PDDE)

Outro aspecto importante a mencionar é que este guia foi desenvolvido com o objetivo de orientar os sistemas e redes de ensino da educação básica sobre os procedimentos a seguir para o desenvolvimento de atividades presenciais na escola em nível geral e em nível específico em as seguintes áreas; administração, infraestrutura, áreas comuns, transporte escolar, biblioteca, entre outros. Desta forma, descreveremos cada uma das áreas da escola onde o Ministério da Educação recomendou a adoção de medidas sanitárias.

2.2.1 Medidas sanitárias aplicadas de forma geral na escola

O Ministério da Educação através da Guia para a implementação de protocolos para o regresso das atividades presenciais nas escolas do ensino básico, (2021, p.11) sugere as seguintes medidas gerais de saúde nas escolas:

1. Uso de máscara obrigatória
2. Cubra o nariz e a boca com o braço, e não com as mãos, ao tossir e espirrar.
3. Lave frequentemente as mãos com água e sabão, ou higienize com álcool 70%.
4. Sem cumprimentos com apertos de mão, beijos e abraços
5. Respeite a distância de pelo menos 1 metro entre as pessoas
6. Não compartilhe objetos de uso pessoal, como copos, talheres, material didático, brinquedos ou jogos.
7. Priorizar, sempre que possível, refeições vinculadas ao autosserviço.
8. Não compartilhe telefones celulares, bem como evite usá-los em ambientes sociais.(BRASIL, 2021)

2.2.2 Medidas sanitárias adotadas no transporte escolar

Igualmente esse documento aponta em adotar medidas sanitárias no transporte escolar e entre elas estão:

1. Uso de máscara, obrigatório.
2. Evite tocar nos olhos, nariz e boca sem higienizar as mãos.
3. Use os braços ao tossir e espirrar para proteger os outros.
4. Evite, tanto quanto possível, o contato com as superfícies do veículo.
5. Deixe as janelas abertas sempre que possível.
6. Fique confortável, intercalando um assento ocupado e um livre.
7. Higienize as mãos com álcool 70% durante o trajeto.(BRASIL, 2021, p.12)

2.2.3 Medidas sanitárias a adotar nos espaços comuns da escola

Para o Ministério da Educação através da guia para a implementação de protocolos para o regresso das atividades presenciais nas escolas do ensino básico, (2021, p.12) também devem adoptarsse:

1. Garantir a obrigatoriedade do uso de máscara.
2. Mantenha distância de pelo menos 1 metro entre alunos, professores e profissionais da educação.
3. Manter quantidade suficiente de dispensadores de álcool 70% nas salas de aula e outros ambientes escolares.
4. Meça a temperatura no acesso às áreas comuns.
5. Evitar o uso de bebedouros coletivos, orientando os alunos a pegarem a garrafinha de água.
6. Pare de usar armários compartilhados na escola.
7. Desinfete pias, banheiros e vestiários.
8. Escalonar o acesso dos alunos ao refeitório. (BRASIL, 2021)

2.2.4 Medidas sanitárias a adotar na biblioteca

Segundo o Ministério da Educação através da guia para a implementação de protocolos para o regresso das atividades presenciais nas escolas do ensino básico, (2021, p.13) devem adoptarsse as siguientes medidas sanitarias na biblioteca:

1. Separe uma estante para receber o material (livro) a cargo do usuário
2. Use luvas descartáveis para receber o material
3. Use EPI e limpe o material após esse período.
4. Uso obrigatório de máscara.
5. Distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas. (BRASIL,2021)

2.3 Medidas sanitárias de prevenção e controle da Covid19 sugeridas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul

A Secretaria Estadual de Saúde Pública, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, elaborou a Portaria nº 02/2021, de 19 de agosto de 2021, por meio da qual sugere um conjunto de medidas de prevenção, monitoramento e controle da covid-19 a ser adotada por todas as instituições de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com a Portaria nº 02/2021, de 19 de agosto de 2021, em seu artigo 2º, estabelece que para a abertura das instituições de ensino, “deve ser criado um centro de operações de emergência em saúde para a educação no âmbito estadual chama-se COE-E e o centro de saúde operacional no local da escola, conhecidas pelas siglas COE-E. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021)

De acordo com essa norma em seu artigo 8.º, as instituições de ensino são obrigadas a criar um plano de contingência para a prevenção e acompanhamento e controle da covid-19. Através deste plano, as instituições devem incorporar um conjunto de dados e informações, entre os quais podem ser mencionados:

Dados gerais da instituição, medidas de identificação e fluxo de encaminhamento de casos suspeitos e sintomáticos, medidas que favoreçam a ventilação cruzada natural, medidas de higiene pessoal e uso de equipamentos de proteção, medidas que promovam o distanciamento físico mínimo de 1 metro entre pessoas, medidas que promovam o distanciamento físico de 1,5 metros com pessoas sentadas. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021)

Outro aspecto importante, foi o documento elaborado pela secretaria estadual de educação, chama-se de guia para implementação das medidas de prevenção e controle da covid-19 nas instituições de ensino do estado do Rio Grande do Sul, 2021, que especifica as medidas sanitárias a serem adotadas em áreas específicas para a escola, entre eles, citam-se: “objetos de uso pessoal ou coletivo, bloqueio de bebedouros e sua substituição pelo uso de garrafas de água individuais e, por último, materiais e objetos de limpeza”. Outra área em

que as recomendações são especificadas seria sobre o transporte escolar e entre as medidas sugeridas estão: “Obrigatoriedade de no máximo 50% de sua capacidade, isolamento de assentos em excesso, obrigatoriedade de álcool a 70% em local de fácil acesso”, como além da obrigatoriedade de publicação de “informações sanitárias sobre higiene e cuidados para a prevenção da covid-19”, também orienta sobre a “limpeza criteriosa dos veículos com uso de produtos que evitam a propagação do vírus e higienização das mãos e locais de trabalho por motoristas, incluindo o volante e a superfície mais frequentes”.

Por último, a guia estabelece recomendações sobre condutas sociais e medidas de higiene pessoal, entre as quais podemos destacar: “respeitar a sinalização e reorganização do espaço físico, respeitar a sinalização no terreno para distanciamento físico e, por último, higienização frequente das mãos”.

2.4 Medidas de prevenção e controle da saúde recomendadas pela Secretaria Municipal de Educação de Encruzilhada do Sul

Para o cumprimento das medidas sanitárias em nível escolar, foi adotado o decreto N 3.659, de 6 de outubro de 2021, que institui novos protocolos de prevenção e enfrentamento da pandemia de covid-19, revoga o decreto N 3.637/2021 e dá outras providências.

Nesse sentido, o artigo 4º nos diz que as medidas sanitárias são obrigatórias em todas as atividades realizadas fora do território do município e estabelecimentos naquele situado no inciso XIII sobre educação e nele desenvolve as seguintes medidas sanitárias de prevenção:

- a) A atividades escolares deve observar as normas estabelecidas pelo Estado do Rio Grande do Sul.
- b) Respeitado o limite de 1 metro entre carteiras/aulas;
- c) Respeitar a meta SES/ SEDUC N 01/2021,
- d) Transporte escolar conforme SES/SEDUC Nº 01/2021;
- e) Disponibilização de álcool 70% pelo menos nas entradas e saídas. (ENCRUZILHADA DO SUL, 2021)

3. INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS NO CAMPO

3.1. Formulário de entrevistas

O formulário da entrevista foi construído a partir da delimitação dos temas que seriam desenvolvidos por meio das perguntas e respostas a ser feitas aos participantes da pesquisa.

A principal característica para a utilização deste instrumento e não outro na coleta de dados é que o formulário é aplicado diretamente pelo entrevistador. Ou seja, através desta técnica o entrevistador faz a pergunta e o entrevistado responde a pergunta, caso não queira responder a pergunta, pode pedir para passar para a outra pergunta, até que todas as perguntas do formulário sejam finalizadas. Para os autores Lakatos & Marconi (2002, p.112) a principal vantagem desse método é que “o entrevistador se encontra em uma situação face a face com outra pessoa”.

3.2. Participantes

Os participantes da pesquisa são 09 pessoas. Dividido em dois escolas, A escola vermelha é formado por dez (05) participantes denominados professoras A, B, C, D e E. Enquanto a escola amarela é formado por quatro (04) participante denominado pai, mãe ou responsável.

3.3. Perfil dos participantes

Foram identificados os seguintes critérios para os participantes da pesquisa: 1. Os professores e as professoras devem pertencer à rede pública de ensino fundamental do município de Encruzilhada do Sul. 2. Os professores e professoras devem ter ministrado aulas durante o ensino remoto emergencial na rede pública de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul.

3.4. Contato e seleção de participantes

Os participantes serão selecionados através da técnica de seleção voluntária também chamada de bola de neve. Essa técnica, segundo Vinuto, (2014. p. 203) pode ser definida como uma “amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência”. Por meio dessa metodologia, será feito contato físico com o diretor da escola, a quem serão solicitadas informações sobre alguns professores. Por outro lado, será feita uma chamada geral, convidando os professores a participarem como respondentes da pesquisa. Posteriormente, será feita uma abordagem com cada docente indicado para verificar se concorda em participar como voluntário nas entrevistas.

3.5. Roteiro das entrevistas

O roteiro das entrevistas foi construído a partir da leitura de investigações semelhantes onde são aplicados formulários e questionários a participantes professores, professoras com el propósito de conhecer suas opiniões negativas ou positivas sobre as modalidades de ensino adotadas durante o ensino remoto emergencial. Por outro lado, também foi construído seguindo as orientações das autoras Lakatos & Marconi (2002, p.94) “seguindo um caminho previamente estabelecido; As perguntas e respostas obtidas do indivíduo são fatos pré-determinados ou construídos vivenciados pelas pessoas”.

Quadro N 1. Roteiro de questões professores, professoras.

ROTEIRO DAS PERGUNTAS PARA PARTICIPANTES: PROFESSORES E PROFESSORAS.		
N	TEMAS GERAIS	PERGUNTAS
1	Tipo de Ensino Remoto Emergencial	1. Ensino remoto (Assíncrona- Síncrona)
		2. Educação a Distância (EaD)
		3. Tv escola
		4. Radio escola
		5. Canal de youtube
		6. Recepção e entrega de conteúdo escolar impresso cada 15 dias
		7. Outra.
2	Ensino-Aprendizagens	1. Como você avalia ou aprendizagens dos conteúdos pelo estudante durante a ensino remoto?
		2. Considera que os estudantes se adaptarão a ensino remoto?
		3. Que foi o mais difícil para você como professor ou professora durante o ensino remoto?
3	Comunicação	1. Você como professor ou professora, de que forma se comunicava com os pais, mães e responsáveis durante o ensino remoto?
4	Aparelhos	1. Que tipo de aparelho eletrônico uso para participar no ensino remoto?
		2. Com quais aparelhos suas estudantes assistiam a ensino remoto?
		3. Como fizeram com estudantes que não tinham aparelhos para ensino remoto?
5	Conectividade	1. Sua casa teve internet durante o ensino remoto?
		2. Como financio a internet durante o ensino remoto?
6	Dificuldades	Questões abertas
		Questões abertas

Fonte: Elaboração própria

3.6. Validações do roteiro das entrevistas

Para validar os roteiros de entrevista, eles foram encaminhados a dois especialistas em questões educacionais: o primeiro foi encaminhado a uma professora do ensino fundamental, que fez correções ortográficas e sintáticas. O segundo especialista foi o professor-guia, com larga experiência em questões educacionais, que sugeriu a eliminação de duas questões que poderiam causar confusão aos participantes.

4. ASPECTOS ÉTICOS

4.1 Medidas sanitárias durante entrevistas

Foram adotadas as medidas sanitárias aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Encruzilhada do Sul, dentre as quais podemos citar: distanciamento interpessoal mínimo de 1 metro entre as pessoas, disponibilidade e uso de máscara descartável, disponibilidade de álcool gel para higienização das mãos, entre outros.

4.2 Critérios de inclusão de participantes

No caso dos professores, professoras, foram consideradas os seguintes critérios: 1. Devem ser professores, professores da rede pública de ensino básico do município de Encruzilhada do Sul. 2. Devem ser professores de qualquer série (1º, 2º 3º, 4º, 5º, 6º) da rede de escolas públicas do Município de Encruzilhada do Sul. 3. Que os professores, professoras tenham ministrado aulas durante a emergência remota na rede de escolas públicas de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul.

4.3 Critérios de exclusão de participantes

Dentre os critérios utilizados para excluir os participantes definidos como docentes, dentro da pesquisa, estavam os seguintes: 1. Que os docentes não tenham ministrado aulas durante o período denominado ensino remoto emergencial. 2. Que os professores estiveram afastado médico durante o período de ensino remoto

4.4 Riscos de participantes

Toda pesquisa tem riscos, daí a importância de descrever cada um deles para os participantes da pesquisa, dentre os quais podemos citar: 1. Quebra do anonimato. 2. Medo de ser identificado ao responder perguntas.

4.5 Mitigações de riscos

Para minimizar tais riscos, serão tomadas as seguintes medidas: 1. Ao digitalizar as entrevistas, codifique-as com siglas ou números para proteger os dados dos participantes. 2. Manter arquivos digitalizados onde os dados pessoais aparecem com senha, para manter a preservação das informações físicas. 3. Ter um espaço privado para cada participante no momento da entrevista pessoal.

4.6 Benefícios

Algumas contribuições ou benefícios que a pesquisa trará para a comunidade escolar coletiva e individualmente são: 1. Destacar os processos de aprendizagem do ensino emergencial na rede pública de educação básica do Município de Encruzilhada do Sul. 2. Conhecer as metodologias didáticas educacionais utilizadas no período emergencial do ensino não presencial. 3. Desenvolver planos ou programas de aprendizado remoto de emergência. 4. Conhecer o nível de conhecimento sobre o uso de tecnologias educacionais emergenciais na rede de escolas públicas de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul.

5. ANÁLISE E RESULTADOS

Este estudo é baseado em duas categorias de análise relacionadas ao direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19. A primeira categoria, intitulada os desafios do Direito à Educação no Brasil em tempos de pandemia sem Vacina, abrange o período desde a declaração da pandemia em 11 de março de 2020 até o início da vacinação dos membros da comunidade escolar em fevereiro e março de 2021. O objetivo desta categoria é analisar os desafios do direito à educação no país e identificar as experiências dos professores, pais e alunos no ensino remoto emergencial adotado durante o ano letivo de 2020.

A segunda categoria, denominada os desafios ao Direito à Educação no Brasil durante a Pandemia de Covid-19 com vacina", abrange o período entre o início da vacinação em fevereiro e março de 2021 e o início da vacinação de crianças e adolescentes em agosto de 2021. Durante este ano letivo, foram adotadas aulas remotas, presenciais e híbridas. O objetivo desta categoria é compreender as medidas sanitárias adotadas no campo educacional. Através destas categorias, busca-se uma análise abrangente sobre o direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 e entender os desafios enfrentados pelos envolvidos no processo educacional.

Organização das questões

Com o intuito de desenvolver uma lista coerente de questões, foram empregados certos documentos como ponto de partida: o relatório da Rede Lusófona pelo Direito à Educação (Relus) referente à pandemia de COVID-19 nos países de língua portuguesa, 2021, o relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a evolução educacional perante a pandemia de COVID-19 no Brasil, 2020. Assim como dois pareceres do CNE/CP - o número 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020, que se refere à reestruturação do calendário escolar e às atividades não presenciais para cumprimento da quantidade mínima de horas, e o número 11/2020,

aprovado em 7 de julho de 2020, que fornece orientação educacional para a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia.

As questões fechadas foram formuladas de forma que os participantes escolhessem uma resposta dentre as duas opções permitidas no formulário. Desta forma, sim um participante respondeu com o uso da expressão (Sim) a resposta é considerada afirmativa, caso contrário, se o participante respondeu com a expressão (Não) a resposta é considerada negativa.

Perguntas e respostas da categoria desafios do direito à educação no Brasil em tempos de pandemia com vacina

Em relação à categoria desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 sem vacina, foram feitas 4 perguntas fechadas aos participantes da escola vermelha e amarela. **(Veja quadro N° 2: Questões fechadas sobre os desafios do direito à educação durante a pandemia de covid-19 sem vacina).**

Em outra área, foram elaboradas 6 questões abertas para perguntar aos participantes escolas amarela e vermelha **(Quadro nº 3: Questões abertas sobre o Direito à educação durante a pandemia COVID-19 sem vacinas)**

Quadro nº 2: Questões fechadas sobre os desafios do direito à educação durante a pandemia de COVID-19 sem vacina

Nº	Perguntas cerradas	Sim	Não	Temas
1	Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?			Dificuldades
2	Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?			Dificuldades
3	Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?			Dificuldades
4	Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?			Tipo de Comunicação usada

Fonte: Elaborada pelo autor.

Quadro Nº 3: Questões abertas sobre os desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 sem vacina

Nº	Perguntas abertas	Temas
1	Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?	Ensino- Aprendizagens
2	Você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?	Dificuldades
3	Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?	Ensino Remoto Emergencial
4	Você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?	Ensino Remoto Emergencial
5	Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?	Ensino Remoto Emergencial
6	Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?	Ensino- Aprendizagens

Fonte: Elaborada pelo autor

PERGUNTAS E RESPOSTAS DA CATEGORIA DESAFIOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA COM VACINA

Por outro lado, em relação à categoria desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 com vacina, foram elaboradas 2 questões fechadas para questionar as professoras da escola vermelha e amarela. **(Veja quadro Nº4:** Questões fechadas sobre os desafios do direito à educação durante a pandemia de covid-19 com vacina). Da mesma forma, foi elaborada uma pergunta aberta para questionar os professores da escola vermelha e amarela. **(Veja quadro Nº5:** Questões abertas sobre os desafios do direito à educação durante a pandemia de covid-19 com vacina)

Quadro Nº 4: Questões fechadas sobre os desafios do direito à educação durante a pandemia de covid-19 com vacina

Nº	Perguntas cerradas	Sim	Não	Temas
1	Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?			Ensino Remoto Emergencial
2	Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?			Dificuldades

Fonte: Elaborada pelo autor

Quadro Nº 5: pergunta aberta de los desafíos del derecho a la educación en Brasil durante la pandemia del covid-19 con vacuna

Nº	Preguntas abiertas	Temas
1	Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?	Ensino Remoto Emergencial

Fonte: elaborada pelo autor

RESULTADOS DA CATEGORIA DESAFIOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL SEM VACINA

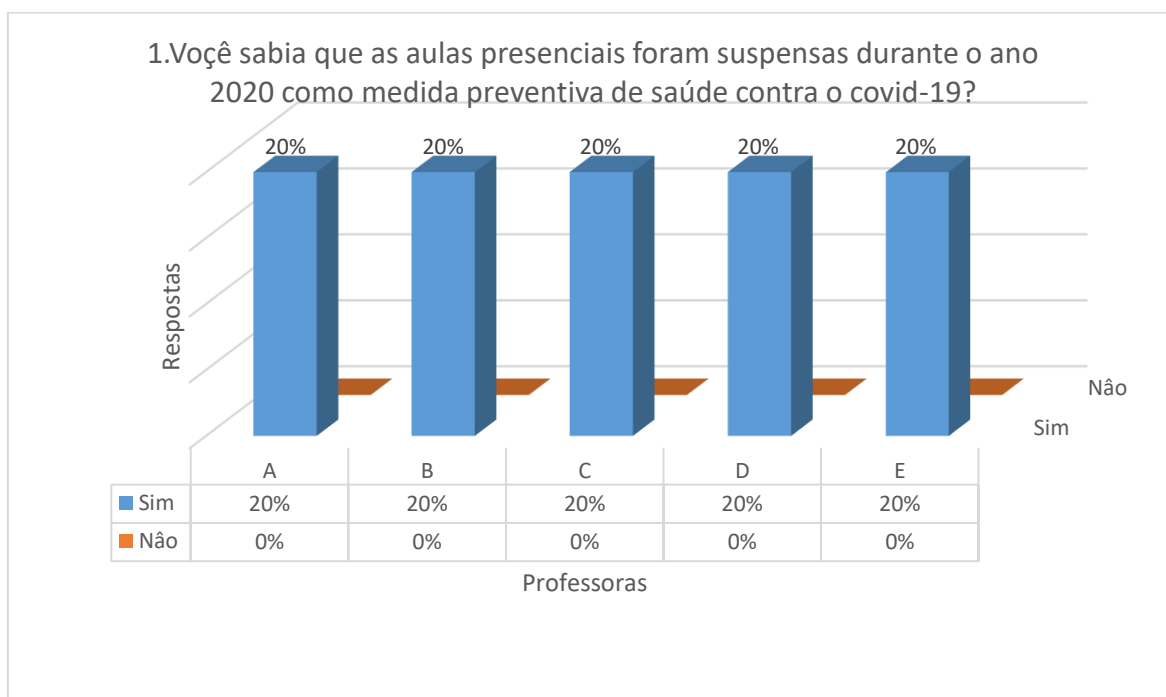
QUESTÕES FECHADAS NA ESCOLA VERMELHA

As respostas a cada uma das questões fechadas foram agrupadas no mesmo gráfico com o objetivo de poder verificar e identificar as respostas afirmativas (Sim) dadas pelas professoras entrevistadas, bem como as respostas negativas (Não) das professoras entrevistadas (A, B, C, D e E). Sob esta estrutura, cada uma das professoras foi questionada separadamente.

1. Sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano de 2020 como medida preventiva de saúde contra a covid-19?

O 100% das professoras respondeu que (Sim) teve conhecimento de que as aulas presenciais foram suspensas em 2020 como consequência da pandemia de covid-19. (Veja a ilustração nº 1: Pergunta fechada nº 1)

Ilustração Nº 1: Pergunta fechada 1



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar as respostas de cada professora individualmente ou agrupando-as em um mesmo segmento de análise, conclui-se que a suspensão das aulas é necessária devido à Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, declarada pela Organização Mundial da Saúde, e à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, devido à Infecção Humana do novo Coronavírus, conforme estabelece a Portaria nº 188 de 3 de fevereiro de 2020 do Ministério da Saúde, decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020 e Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Assim como a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, onde se estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.

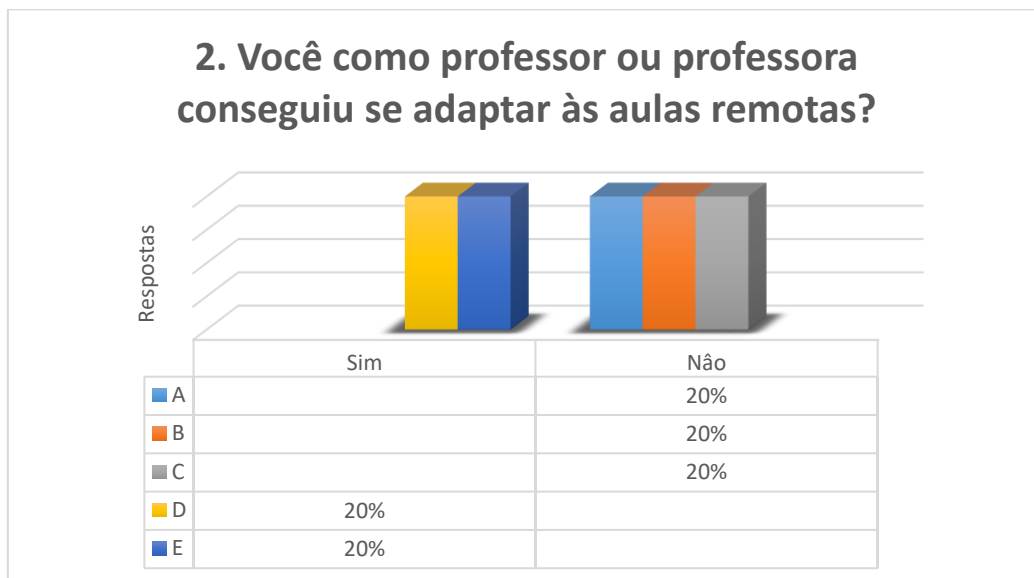
2. Você conseguiu se adaptar às aulas remotas como professor?

As respostas das professoras A, B e C e que (Não) conseguiram se adaptar. Muito pelo contrário, as respostas das professoras D e E e que (Sim) conseguiu-se adaptar. (Veja a ilustração nº 2: questão fechada 2)

É importante destacar que não foram encontradas pesquisas sobre o tema da adaptação das professoras às aulas remotas, de forma que as respostas

obtidas sobre esta questão são um dos primeiros trabalhos que permitem evidenciar este tema.

Ilustração nº 2: Questão fechada 2

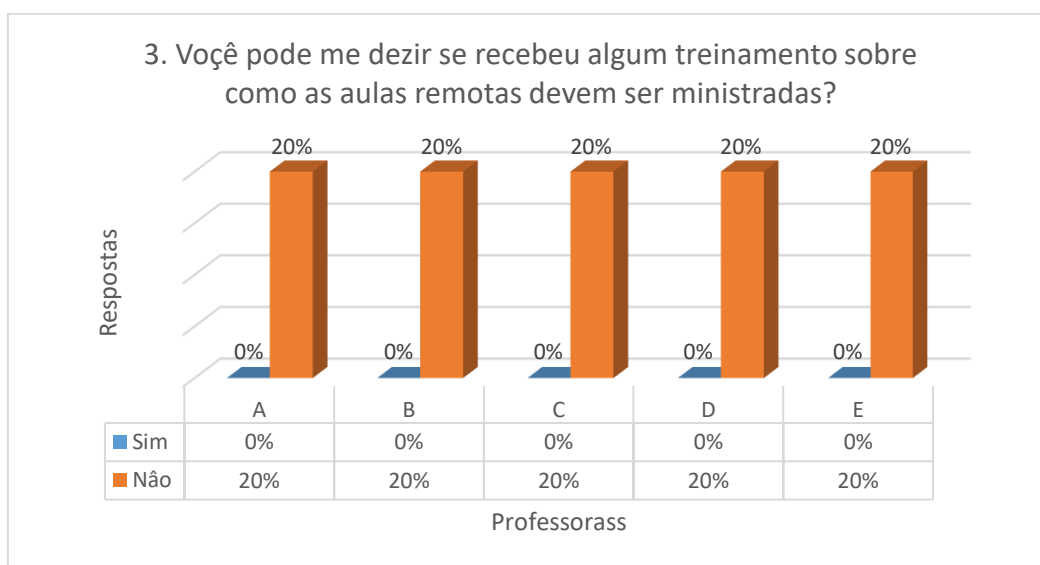


Fonte: Elaborada pelo autor

3. Você pode me dizer se recebe algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Para 100% das professoras entrevistadas ainda não receberam treinamento. (Veja ilustração nº 3: Questão 3)

Ilustração nº 3: Questão fechada 3



Fonte: Elaborada pelo autor

A resposta negativa das 5 professoras entrevistadas, não concorda com as recomendações estabelecidas no PARECER CNE/CP Nº: 11/2020 do Conselho Nacional de Educação aprovado em 7 de julho de 2020 sobre Orientações Pedagógicas para Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas atendidas e não atendidas no contexto da Pandemia, a qual estabelece:

Diante dos desafios da pandemia, é preciso definir diretrizes e medidas sensatas que possam apoiar respostas educacionais eficazes para proteger os direitos de aprendizagem e mitiguem os impactos da pandemia, de forma a garantir a continuidade do processo de aprendizagem e a implementação do calendário escolar de 2020-2021. (BRASIL, 2020, p.4)

Dessa forma, pode-se concluir que a não capacitação dos professores sobre o uso das tecnologias educacionais durante a pandemia de covid-19 foi consequência da falta de recursos econômicos e da falta de esforço dos governantes.

4. Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

As professoras A, B, C, D e E responderam que a rede social pela qual se comunicavam eram os grupos de WhatsApp, descartando outras opções como Facebook, Twitter, Telegram e e-mail. **(Veja ilustração nº 4: Questão fechada 4)**

Ilustração Nº 4: Questão fechada 4



Fonte: Elaborada pelo autor

A resposta das professoras A, B, C, D e E dialoga com os resultados apresentados em outras pesquisas, uma delas foi a de Soares, Toscano & Da Silva (2021, p. 5) onde fazem a seguinte pergunta a 100 professores da rede pública do Estado de Minas Gerais, “qual foi o aplicativo utilizado no período de regime especial de atividades não presenciais para a comunicação com os alunos?” 61 de 100 dos professores e das professoras responderam que os grupos de WhatsApp.

QUESTÕES ABERTAS NA ESCOLA VERMELHA

Dada a existência de várias questões em aberto, foram abordadas 6 professoras da escola vermelha e questionados o seguinte:

1. Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante as aulas remotas?

A professora A respondeu que “já lecionei no 5º ano” enquanto a professora B respondeu que lecionava no “1º ano e 5º ano” por outro lado a professora C respondeu que lecionava no “1º ano e 5º ano”. Da mesma forma, a

professora D afirmou que lecionava no “1º ano”. Por último, a professora E respondeu que lecionava no “3º ano”.

Não foram encontrados estudos relacionados que permitissem estabelecer comparações com as respostas das professoras A, B, C, D e E sobre esta questão. Nesse sentido, pode-se concluir que os resultados aqui expressos são as primeiras evidências construídas sobre esse tema.

2. Você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante as aulas não presenciais?

Para a professora A, as principais dificuldades são *“Os conteúdos trabalhados porque não há explicações”* enquanto a professora B respondeu *“Na falta de convivência com os alunos as pessoas deveriam estar mais próximas”* a professora C respondeu *“É muito importante esse contato face a face como aluno. Aí foi jogado fora”* também a professora D respondeu *“Falta de empenho dos dois pais em buscar o impresso que ficou”*. Por último, a resposta da professora E concentrou-se em *“A dificuldade foi o acesso dos alunos a uma rotina escolar de atividades a serem desenvolvidas, alguns não participavam, outros não retiravam as atividades”*

Contrário das entrevistas, o relatório intitulado a pandemia de covid-19 e o direito à educação nos países de língua portuguesa: desafios e enfrentamentos em Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique da Rede Lusófona pelo Direito à Educação Relus, (2021, p. 4) Considero que as principais dificuldades são:

1. Cooperação internacional.
2. Atividades e calendário escolar.
3. Uso de tecnologias.
4. Proteção e garantias de direitos de estudantes.
5. Proteção e garantias de direitos dos profissionais de educação.
6. Financiamento.
7. Privatização.
8. Reabertura das escolas.

Outras dificuldades encontradas, segundo o Conselho Nacional de Educação, constam do Parecer CNE/CP Nº: 11/2020 aprovado em 07 de julho de 2020 e entre elas estão:

1. Apoiar a tomada de decisões para o retorno às aulas presenciais;
2. Oferecer diretrizes que orientem o planejamento dos calendários e dos protocolos específicos dos estabelecimentos de ensino, definidos pelas autoridades locais e regionais;
3. Oferecer sugestões e recomendações de cunho organizacional e pedagógico que podem ser desenvolvidos pelas escolas e sistemas de ensino. (BRASIL, 2020, p.2)

Pode-se concluir que as dificuldades enfrentadas durante a pandemia de covid-19 por meio da modalidade de aulas não presenciais tem certo grau de subjetividade, segundo a fonte consultada. Por um lado, as respostas das professoras A, B, C, D e E evidenciam as dificuldades enfrentadas no exercício da profissão docente. Já o relatório da Rede Lusófona pelo Direito a Educação reflete de forma geral as dificuldades enfrentadas pelos governos no campo educacional. Ao contrário, o PARECER CNE/CP Nº 11/2020 do Conselho Nacional de Educação expressa as dificuldades das políticas públicas educacionais no Brasil.

3. Que nome usavam na escola para se referir aos tipos de aulas não presenciais?

A professora A respondeu que foi: *"Aulas remotas"* Enquanto a professora B diz o seguinte *"Acho que aulas remotas, e o nome é mais parecido, aulas remotas ou aulas a distância "*

Por outro lado, a professora C afirma que o nome com que se referiam às aulas não presenciais era *"Aulas Remotas"*, opinião também partilhada pela professora D, ao referir que se chamavam *"Aulas Remotas"*, a professora E também afirmou que na escola onde ela trabalha se referiam às salas de aula sem contato de: *"Aulas remotas"*

Não foram encontrados estudos relacionados que permitissem estabelecer comparações com as respostas das professoras A, B, C, D e E sobre

esta questão. Nesse sentido, pode-se concluir que os resultados aqui expressos são as primeiras evidências construídas sobre esse tema.

4. Você pode me contar como se planejou durante as aulas remotas?

Segundo a professora A *“Me planejei e não me planejei porque foi muito difícil”* Por outro lado, a professora B afirma que era: *“Através de polígrafos, eu trabalhava 15 dias, a cada 15 dias eu era trocado ou polígrafo”* outra forma segundo a professora C era : *“A gente entrou em contato com eles foi por essas páginas, essas atividades impressas que eles mandavam para as pessoas e depois encontravam”* Outra resposta contrária foi da professora D quando apontou *“eu sempre planejo com atividades que eles conseguem tentar fazer, fazer truques, já que muita não tive ajuda”* por último, a professora E respondeu à questão da seguinte forma: *“Foi feito diariamente no final dessa quinzena, mandámos para supervisão e gestão para que poderia fazer as cópias impressas”*

Não foram encontrados estudos relacionados que permitissem estabelecer comparações com as respostas das professoras A, B, C, D e E sobre esta questão. Nesse sentido, pode-se concluir que os resultados aqui expressos são as primeiras evidências construídas sobre esse tema.

5. Você pode me dizer se os alunos tiveram ajuda de um parente durante as aulas remotas?

Segundo a professora A *“Alguns sim, outros não”* Já para a professora B *“Muitos poucos. A maioria não recebe ajuda”* Outra resposta que concorda foi dada pela professora C quando disse: *“Essa é uma pergunta muito difícil de responder, porque as atividades foram surgindo, mas as pessoas não sabiam até que aquela criança ajudou corretamente a fazer ou em determinado momento alguém faz por ela”*

Por outro lado, a professora D afirma que: *“Alguns sim teve. Muitos mais presentes que nos apoiaram com atividades, nos enviaram vídeos, fotos, alguns*

não tiveram muito apoio" uma resposta que chamou a atenção foi expressa pela professora E quando disse

Acredito que a maioria tem ajuda de algum familiar, inclusive alguns parentes na época para ajudar as crianças, resolveram as atividades para ser livre daquilo, para não ter responsabilidade porque as pessoas conhecem a caligrafia de uma criança que está sendo alfabetizada

Ao contrário das respostas expressas pelas professoras A, B, C, D e E sobre esta questão, o relatório chamado efeitos da crise da Covid na educação, da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OIE, 2020, P. 9) em relação à ajuda que os familiares tiveram que prestar, refere:

O papel dos pais é, assim, fundamental e pode haver importantes diferenças entre uns alunos e outros em função do apoio que recebem em casa neste período. Os estudantes cujos pais têm um maior nível de escolaridade podem receber mais ajuda durante a quarentena, o que pode aumentar as diferenças entre os alunos.

6. Como você avalia o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto de Emergência?

Para a professora A, o aprendizado foi: *"Muito ruim, eles estão muito atrasados. Eu tenho um 5º ano com nível de 3º ano que foi o último ano que eles estudaram"*. Esta opinião também é compartilhada pela professora B quando ela diz: *"Complicado, muito complicado. Alguns alunos vão voltar assim como perdidos"* Outra opinião que concorda com às opiniões das professoras A e B foi expressa pela professora C quando afirmou que: *"Foi muito difícil, muito complicado ou eu ensinei muito desatualizado"*

Outra resposta diferente foi da professora D *"Tenho quem vai aprender quem vai participar, quem vai fazer muita coisa, já que tive quem fico"* alguns

alunos têm ajuda ou apoio em casa seria mais fácil, poderíamos trabalhar coisas mais específicas, fora a alfabetização”

Em outro âmbito, o Conselho Nacional de Educação emitiu o PARECER CNE/CP Nº: 5/2020 aprovado em 28 de abril de 2020 sobre a reorganização do Calendário Escolar e a possibilidade de computar as atividades não presenciais, e neste instrumento menciona algumas consequências do processo de ensino-aprendizagem e continuidade educacional, tais como:

A possibilidade de longa duração da suspensão das atividades escolares presenciais por conta da pandemia da COVID-19 poderá acarretar:

1. Retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento;
2. Danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como estresse familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e
3. Abandono e aumento da evasão escolar. (BRASIL, 2020, p.3)

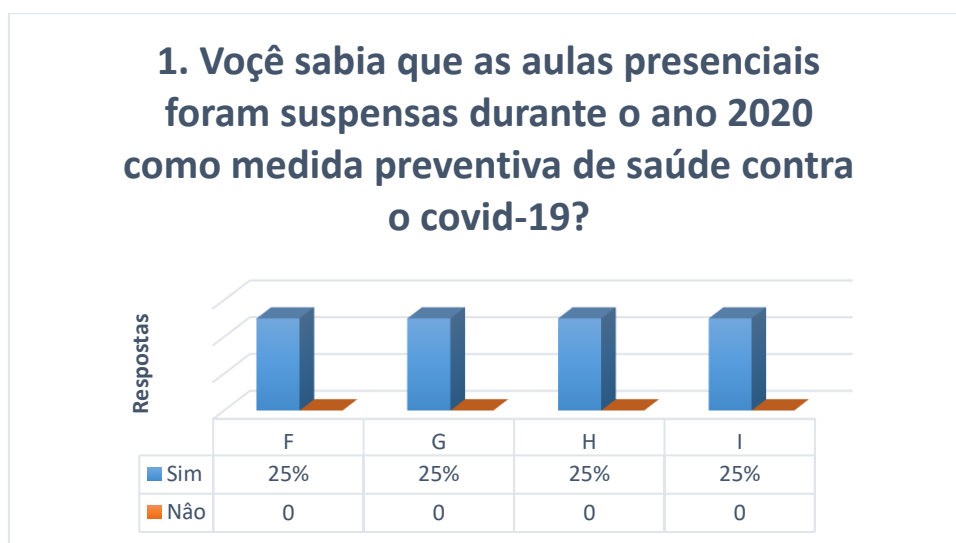
QUESTÕES FECHADAS NA ESCOLA AMARELA

As respostas às questões fechadas são organizadas no mesmo segmento com o objetivo de poder demonstrar as respostas (Sim ou Não) expressas pelas participantes. Nesse sentido, foi perguntado a cada professora separadamente:

1. Sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano de 2020 como medida preventiva de saúde contra a covid-19?

100% das professoras nomeadas com as letras F, G, H e I é que (Sim) sabiam que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano de 2020. (Ver ilustração Nº5: Questão fechada 1 da escola amarela)

Ilustração Nº 5: Questão fechada 1 da escola amarela



Fonte: Elaborada pelo autor

A resposta afirmativa (Sim) das professoras A, B, C, D e E pertencentes à escola vermelha quando questionadas com a pergunta **Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano de 2020 como medida preventiva de saúde contra ou covid- 19?** Elas concordam com a resposta afirmativa (Sim) expressa pelas professoras F, G, H e I pertencentes à escola amarela.

Da mesma forma, esses resultados vão ao encontro com alguns dados apresentados no relatório denominado resposta educacional à pandemia de covid-19 no Brasil elaborado pelo (Inep, 2020, pág. 4) quando afirma que 167.566 escolas de educação básica, das quais 133.685 pertencentes a escolas públicas e 33.881 pertencentes a escolas privadas suspenderam as atividades presenciais no ano letivo de 2020 como medida de combate à pandemia de covid-19.

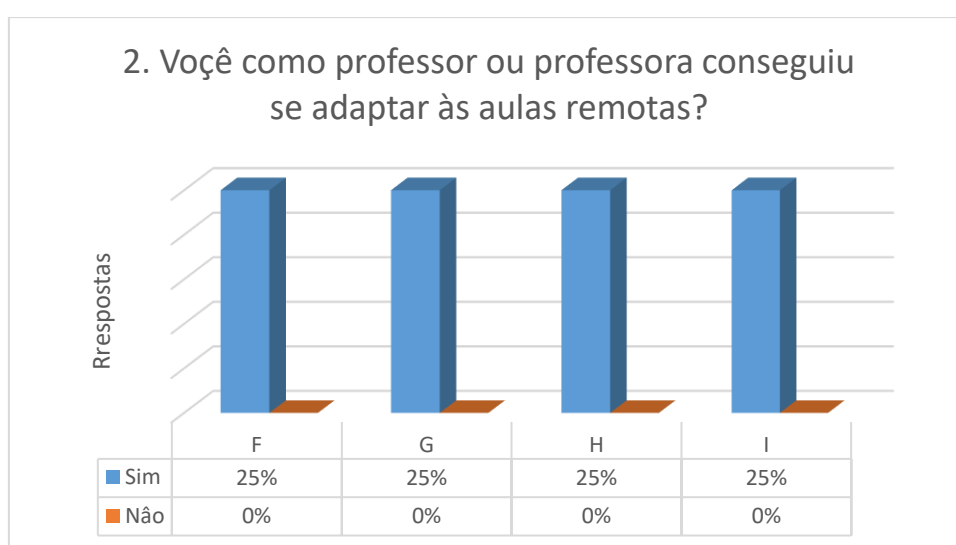
Uma crítica a esta questão é a associação da frase “*suspensão das aulas*” que é diretamente atribuída a uma medida sanitária no combate à covid-19. Nesse sentido, é importante esclarecer que o isolamento social, o distanciamento social e a proibição de aglomeração de pessoas são propriamente as medidas sanitárias adotadas no combate à covid-19, de forma

que a frase “*suspensão de aulas*” deve ser interpretada como meios para cumprir o propósito de medidas sanitárias.

2. Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Diante dessa questão, 100% das professoras nomeadas com as letras F, G, H e I que (Não) poderia se adaptar a essa modalidade. (Veja ilustração Nº 6: Questão fechada 2 escolas amarela)

Ilustração Nº 6: Questão fechada 2 escolas amarela



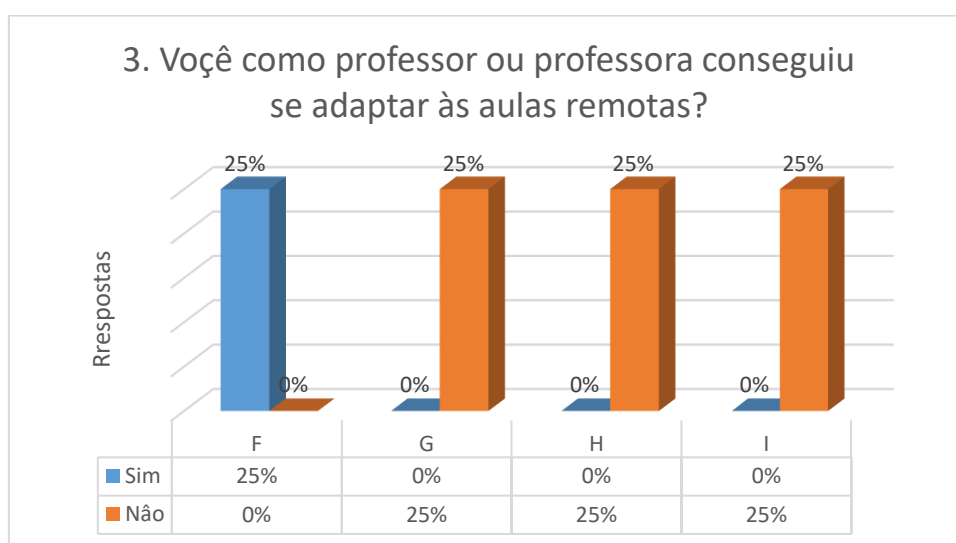
Fonte: Elaborada pelo autor

Refira-se que não foram encontradas pesquisas sobre o tema da adaptação dos professores e das professoras às aulas remotas, pelo que as respostas obtidas a esta questão são um dos primeiros resultados que permitem evidenciar este tema.

3. Você pode me dizer se recebe algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Diante dessa questão, 25% das professoras entrevistadas afirmaram que (Sim) recebeu treinamento sobre como gerenciar aulas remotas. Ao contrário, 75% das professoras nomeadas com a letra G, H e I expressaram que (Não) não recebeu nenhum tipo de treinamento. (Veja a ilustração Nº 7: Questão fechada 3 da escola amarela)

Ilustração Nº 7: Questão fechada 3 da escola amarela



Fonte: Elaborada pelo autor

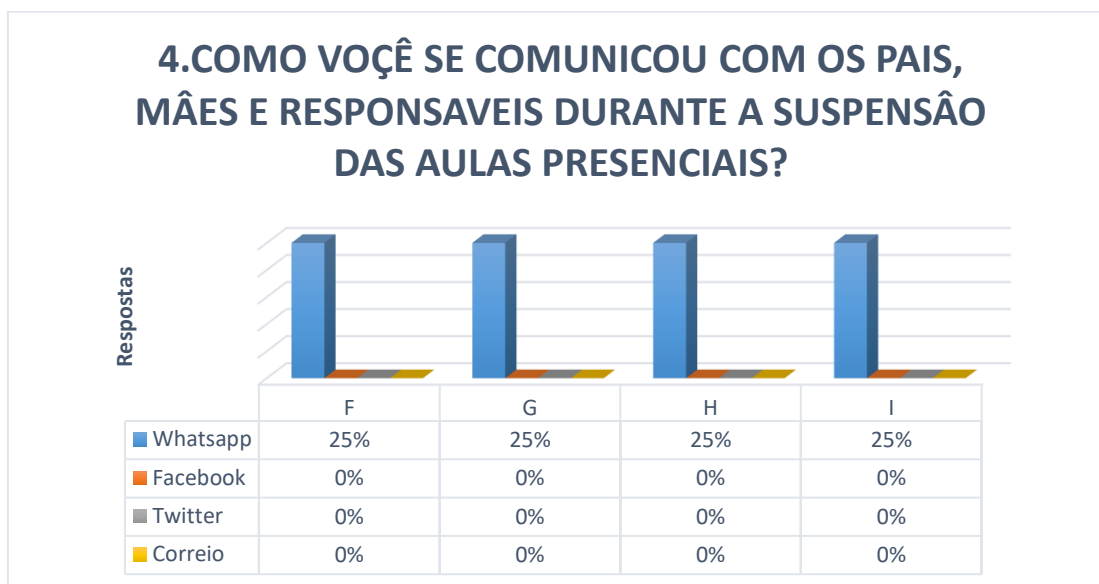
As respostas negativas (Não) das professoras A, B e C da escola vermelha concordam com as respostas negativas das professoras G, H e I da escola amarela. Ao contrário disso, a resposta afirmativa (Sim) das professoras D e E da escola vermelha concorda com a resposta afirmativa da professora F pertencente à escola amarela.

Dessa forma, pode-se analisar que das 09 professoras entrevistadas, 7 professoras afirmam que (Não) recebeu nenhum treinamento sobre como deve ser gerenciado as aulas remotas e apenas 2 professoras responderam afirmativamente que (sim) receberam treinamento sobre como devem ser gerenciadas as aulas remotas.

4. Como você se comunicou com os pais, mães e responsável durante a suspensão das aulas presenciais?

Diante dessa questão, os professores identificados com as letras F, G, H e I da escola amarela responderam que era por meio de grupos de WhatsApp. (Veja ilustração n.8º: pergunta fechada 4 da escola amarela)

Ilustração Nº 8: Pergunta fechada 4 da escola amarela



Fonte: Elaborada pelo autor

As respostas das professoras A, B, C, D e E da escola vermelha sobre que foram os grupos de WhatsApp o principal meio de comunicação entre professores e alunos também é compartilhado pelas professoras F, G, H e I da escola amarela. Nesse sentido, pode-se concluir que das 9 professoras entrevistadas, todas concordam que o uso de grupos de WhatsApp foi o principal meio de comunicação utilizado durante a pandemia de Covid-19.

QUESTÕES ABERTAS NA ESCOLA AMARELA

Nesse sentido, foi perguntado a cada uma das professoras separadamente:

1. Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante a pandemia de covid-19?

A resposta da professora F é que ela lecionou no "6º ano, 7º ano, 8º ano, 9º ano" enquanto a professora G respondeu "Em 2020 eu trabalho com 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano, em 2021 com 6º ano e 7º ano" por outro lado a professora H respondeu que era: "Todos, do 1º ano ao 9º ano" pôr último a professora I afirma que lecionou no "6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano"

As respostas das professoras A, B, C, D e E pertencentes à escola vermelha são totalmente contrárias às respostas expressas pelos professores F, G, H e I pertencentes à escola amarela. (**Veja quadro N° 6:** Séries/ Ano em que leccionou durante a pandemia de covid-19)

Quadro N°6: Séries/ano em que lecciono durante a pandemia de covid-19

Nº	PROFESSORAS	SERIE/ANO EM QUE LECCIONO
1	A	5º ano
2	B	1º ano e 5º ano
3	C	1º ano e 5º ano
4	D	1º ano
5	E	3º ano
6	F	6º, 7º, 8º, 9º ano
7	G	6º, 7º, 8º, 9º ano
8	H	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano
9	I	6º, 7º, 8º, 9º ano

Fonte: Elaborada pelo autor

Pode-se concluir que as professoras da escola vermelha lecionavam nos primeiros anos iniciais do ensino fundamental enquanto as professoras da escola amarela lecionavam nos anos finais do ensino fundamental.

2. Você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante as aulas não presenciais?

A professora F respondeu que as principais dificuldades são: “*Eu não tinha como trabalhar também, e a dificuldade que a estampa não era todas as escolas que tinham cor*”. Enquanto a professora G respondeu que:

Foi mais difícil entender os alunos, como eu disse tenho alunos que recebem material impresso e muitos quando leem, não conseguiram entender principalmente matemática do que desenvolver cálculos, muitos não poderão ver como obter esses resultados, como calcular.

Naquela época, era ainda mais difícil para esse aluno entender.

Pelo contrário, a professora H achava que a principal dificuldade era “O retorno das atividades”

A professora I encontro como principais dificuldades:

Trabalhei em 2 escolas internas onde a maioria das salas de aula não tinha internet, não tinha um telefone bom que a gente pudesse acessar. Então as pessoas têm que liderar. Encontramos muitas dificuldades, muitos da família não tinham um grau de estudo que pudesse ajudar os filhos a fazer essas atividades em casa e até nas escolas que as pessoas conseguiam estar logadas na internet como alguém, era difícil explicar por que faltou aquele contato físico para você sentar e você ver qual a dificuldade de cada aluno para você conseguir sanar aquela dificuldade.

Ao contrastar as dificuldades das professoras da escola vermelha com as dificuldades das professoras da escola amarela, conclui-se que são diversas e tendem a se organizar nos seguintes temas. (**Veja quadro Nº7:** Palavras chaves das dificuldades)

Quadro Nº 7: Palavras chaves das dificuldades

Nº	PROFESSORAS	PALAVRAS CHAVES DAS DIFICULDADES
1	A	<i>“Os conteúdos a serem trabalhados”</i>
2	B	<i>“A falta de convivência com os estudantes”</i>
3	C	<i>“O contato presencial com o alunos”</i>
4	D	<i>“Falta de compromisso dos pais em buscar o material impresso”</i>
5	E	<i>“Rotina escolar das atividades”</i>
6	F	<i>“O impresso não era todas escolas que têm colorido”</i>
7	G	<i>“A dificuldade maior foi fazer entender os alunos”</i>
8	H	<i>“O retorno das atividades”</i>
9	I	<i>“As aulas remotas sim acesso a internet. Falta de telefone para acessar. Famílias sim um grau de estudo que conseguisse ajudar a aos filios”</i>

Fonte: Elaborada pelo autor

3. Que nome usavam na escola para se referir aos tipos de aulas não presenciais?

A professora F responde que "Aulas Remotas", enquanto a Professora G responde que elas se referiram às aulas sem contato como "*Aulas Remotas*" da mesma forma, a Professora H responde que eram "*Aulas Remotas*". Por último a resposta da Professora I é que elas se referiram a "*Aulas Remotas*"

A modo de conclusão, pode-se dizer que das 9 professoras entrevistadas pertencentes à escola vermelha e à escola amarela, 8 responderam que se referiam às aulas não presenciais e sem contato como aulas remotas, enquanto apenas a professora B respondeu que em sua escola se referiam como aulas remotas ou aulas à distância. **(Veja quadro Nº 8: Nome utilizado na escola para chamar a modalidade não presencial)**

Quadro Nº 8: Nome usado na escola para chamar a modalidade não presencial

Nº	PROFESSORAS	NOME USADO NA ESCOLA PARA CHAMAR A MODALIDAD NÃO PRESENCIAL
1	A	"Aulas remotas"
2	B	"Eu acho que aulas remotas, e o nome mais parecido, aulas remotas ou aulas a distância"
3	C	"Aulas remotas"
4	D	"Aulas remotas"
5	E	"Aulas remotas"
6	F	"Aulas remotas"
7	G	"Aulas remotas"
8	H	"Aulas remotas"
9	I	"Aulas remotas"

Fonte: Elaborada pelo autor

4. Você pode me contar como se planejou durante as aulas remotas?

A professora F respondeu:

Eu continuei trabalhando, tinha que fazer um texto naquelas páginas e isso às vezes em uma página também, só que com letras pretas. Também tive um problema, era uma página pequena, consigo fazer em duas páginas, não consigo fazer na frente e no verso. Então não podia fazer textos muito longos para eles lerem, não podia mandar chats muito grandes, desenho grande, nada sobre isso e todo mundo trabalhando com preto e branco. Eu ainda tinha que aumentar ou explicar para meu amigo como eu falava com alguém, então desenvolvi algumas contas por conta própria.

Comprei uma impressora colorida, investi na minha bolsa para poder fazer essas contas, enviar mensagens para chamar a atenção deles, porque às vezes tem algum que tem dificuldade de ler, bate e eu não consigo responder. Aí eu tentei interagir de uma forma que chamasse a atenção na página e a escola não tinha como raspar tudo. Eu tenho que preparar essa explicação lá fora para ter essa interação com meus alunos.

Por outro lado, a professora G mencionou:

A busca do planejamento foi baseada nas reuniões por área de conhecimento que a gente se reúne com o pessoal da Secretaria de Educação, onde os professores da área de conhecimento, a gente conversa e decide o conteúdo mais importante diremos também. Então meu plano foi baseado no que conversamos na minha área no caso da matemática. Então comecei a me planejar e me organizar em cima do que decidi na reunião que tudo deveria ser trabalhado de forma simples, o mais acessível possível para que alguns de nós entendessem.

Segundo a professora H, ela respondeu “Conforme eu atendi dois alunos, conforme a necessidade, como foi com todos nós, foi conforme a necessidade

de cada um ou alguns que voltaram da próxima atividade que eu estava planejando”

Por último, a resposta da professora I:

Como eu te falei, assim, eu tinha uma escola que a gente mandava o material. Tem uma escola que a gente manda o material pra gente. Aí eu ficava todo o meu tempo sentando e experimentando aquelas atividades porque aí eu tinha que imprimir uma pra mim, levava alguém da direção da escola para organizar, muito legal de direcionar e para outra a gente manda os grupos de WhatsApp toda semana. Aí fui salvando todas as atividades depois que montei essas atividades e postava no grupo de acordo com os anos.

Não foram encontrados estudos relacionados que permitissem estabelecer comparações com as respostas das professoras F, G, H e I sobre esta questão. Nesse sentido, pode-se concluir que os resultados aqui expressos são as primeiras evidências construídas sobre esse tema.

5. Você pode me dizer se seus alunos tiveram ajuda de um parente em salas de aula remotas?

Para a professora F *“Alguns sim e a maioria não”* Muito pelo contrário, a professora G respondeu *“Muitos poucos alunos tem estrutura familiar para acompanhar essas aulas remotas e a maioria de nós estudará sozinhos”*. De acordo com o que foi expresso pela professora H *“Alguns sim, outros não”* por último, a professora I respondeu *“Alguns sim, mais a maioria não tiveram ajuda”*

Ao analisar as respostas das professoras da escola vermelha com as respostas das professoras da escola amarela, chegou-se à seguinte conclusão: das 9 entrevistas realizadas, 6 professoras afirmaram não ter tido ajuda de um familiar, 2 professoras afirmaram que não foram ajudados, e uma professora ainda não sabe se a criança foi ajudada ou se fizeram as tarefas por ela. **(Veja quadro N° 9: Ajuda de um familiar nas aulas remotas)**

Quadro N°9: Ajuda de um familiar nas aulas remotas

Nº	PROFESSORAS	AUXÍLIO DE UM FAMILIAR NAS AULAS REMOTAS
1	A	<i>“Alguns sim outros não”</i>
2	B	<i>“Muitos poucos. A maioria não teve auxílio”</i>
3	C	<i>“A gente não sabia hasta que ponto aquela criança foi auxiliada de forma correta a fazer ou sim em determinado momento alguém fazia por ela”</i>
4	D	<i>“Alguns sim teve”</i>
5	E	<i>“Acredito que a maioria teve auxílio de um familiar”</i>
6	F	<i>“Alguns sim e maioria não”</i>
7	G	<i>“Muitos poucos alunos tiveram uma estrutura familiar para acompanhar essas aulas remotas”</i>
8	H	<i>“Alguns sim, outros não”</i>
9	I	<i>“Algum sim, mais a maioria não teve ajuda”</i>

Fonte: Elaborada pelo autor

6. Como você avalia o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto de Emergência?

Para a professora F *“Horrrível, não foi aprendizagens. A gente está vendo agora, eu estou desesperado com essas crianças, tentando tapar alguns erros. Eu sei que isso não vai ser possível”*

Por outro lado, a professora G respondeu:

Sendo vem franco, nós, professores fingiram que demos aulas e os alunos fingiram que aprenderam alguma coisa, resumindo bem, bem sincero e franco porque infelizmente agora voltando ao presencial a gente está vendo as lacunas que se criou. Se a gente for analisar os alunos de 3er ano caírem de para caídas ao 6to ano. Eu estou enfrentando muitas dificuldades em minha área que é matemática. Alunos que não sabem operações básicas, não sabem como armar uma continua subtração, tabelada praticamente zero. Então deixo uma lacuna muito grande.

A resposta contrária foi expressa pela professora H quando disse: *“Fico muito a desejar, porque tem alunos que não tem como estudar. O retorno, porque eles não têm aquela base familiar para ajudar e não tem como a gente exigir muito deles. A família conta muito”*

Outra resposta que concorda foi da professora I ao mencionar:

Segundo minha experiência eu acredito que sim, é uma coisa que realmente em caso de necessidade esse ensino a distância, como eu te dizia falta aquele olho no olho quando tu estás explicando, si tu não estás vendo no rostinho dele sim ele está entendendo o sim não este entendendo nada. E quando estavam afastados não tenhamos isso. Não sabíamos quanto. Eu, hasta hoje me surpreendo quando veio, quando chego na turma, assim e falo coisas ainda no período de pandemia e alguns alunos lembram outros não lembram nada. Então aquela coisa, assim e difícil tu saber sim realmente estava aprendendo. Algum não conseguiu outros claros conseguiram fazer a parte deles. Mas eu vou a te dizer que eu acho assim não é o ideal. Eu acho que não é o ideal.

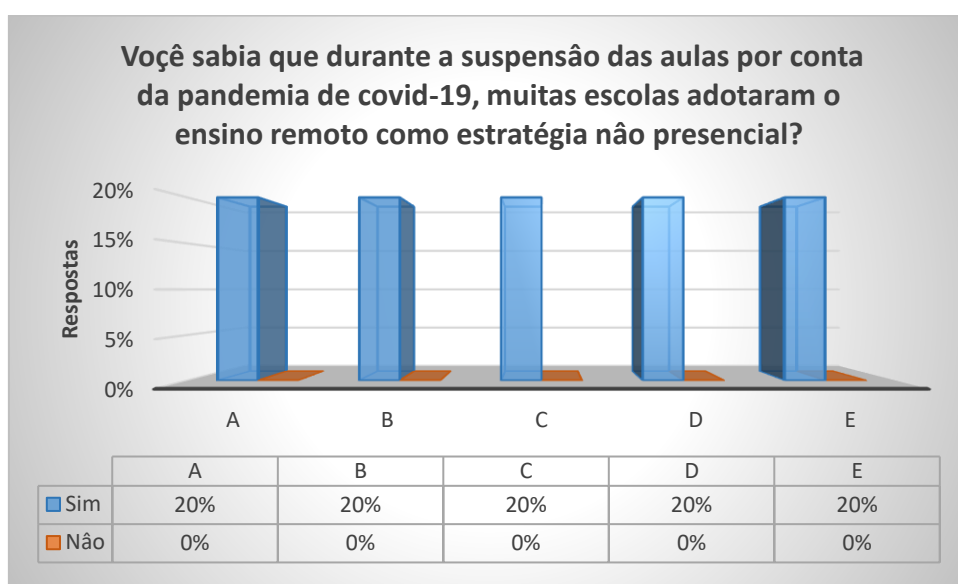
PERGUNTAS E RESPOSTAS DA CATEGORIA DESAFIOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 COM VACINA

QUESTÕES FECHADAS NA ESCOLA VERMELHA

1.Você sabia que durante a suspensão das aulas devido à pandemia de covid-19, muitas escolas estão utilizando o ensino remoto como estratégia não presencial?

As respostas de 100% das professoras entrevistadas foram que (Sim) tinha conhecimento de ter adotado essa modalidade em sua escola. (Veja a ilustração nº 9: Pergunta fechada 1 na escola vermelha com vacina)

Ilustração Nº 9: Pergunta fechada 1 na escola vermelha com vacina



Fonte: Elaborada pelo autor

As respostas dos professores A, B, C, D e E concordam com a suspensão das aulas presenciais anunciada indiretamente por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, onde fica decretado o estado de exceção (calamidade pública) durante todo o ano de 2020, especificamente o artigo 1º deste regulamento estabelece *“A ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020”*

Outra forma de compreender as respostas das professoras A, B, C, D e E sobre a questão 2 é formular duas questões sobre ela, em que a primeira condiciona a segunda. Nesse sentido, a primeira parte da questão foi formulada da seguinte forma: **você sabia disso durante a suspensão das aulas devido à pandemia de covid-19?** A resposta a essa pergunta é muito óbvia, pois a declaração da pandemia de covid-19 resultou na instrumentalização das medidas sanitárias de isolamento social, distanciamento social e proibição de aglomeração em espaços abertos e fechados por meio de decretos, leis e portarias que justificariam, no quadro do Estado de Direito e das liberdades, a suspensão das aulas presenciais. A segunda questão foi estruturada da seguinte forma: **Você sabia que as escolas adotaram as aulas remotas como estratégia educacional não presencial?** A resposta a esta questão também é

evidente, uma vez que as escolas são obrigadas a adotar aula remotas como estratégia educacional não presencial devido ao cumprimento do artigo 24 da Lei nº 9.394/1996 Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

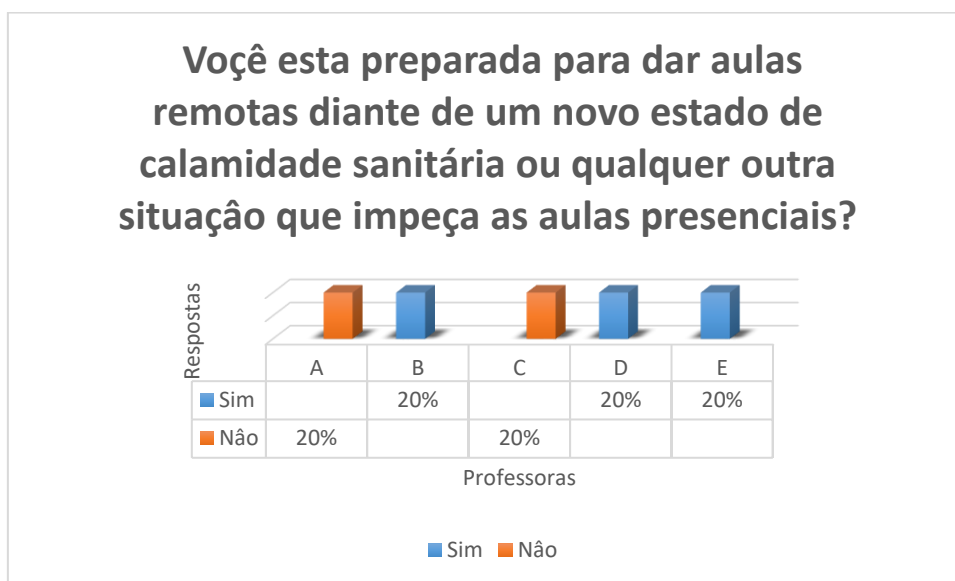
c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito.
(BRASIL, 1996)

2. Você está preparado para oferecer aulas remotas diante de um novo estado de calamidade de saúde ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

40% das professoras entrevistadas na escola vermelha afirmaram que (Não) estão preparadas. Por outro lado, 60% das professoras afirmam que (Sim) estão preparados. **(Ver ilustração 10: Questão fechada 2 da escola vermelha com vacina)**

Ilustração 10: Questão fechada 2 da escola vermelha com vacina



Fonte: elaborada pelo autor

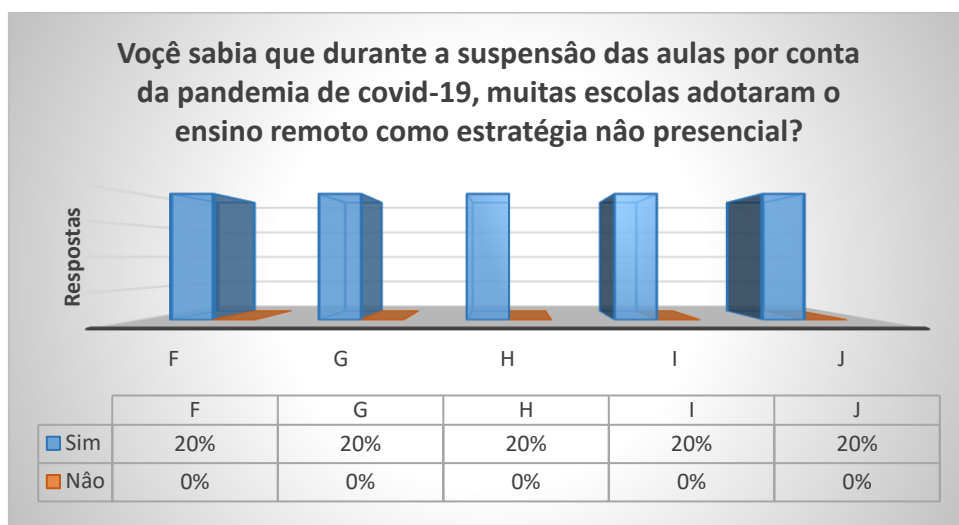
Não foram encontrados estudos relacionados que permitissem estabelecer comparações sobre as respostas afirmativas e negativas das professoras A, B, C, D e E sobre esta questão. Nesse sentido, pode-se concluir que os resultados aqui expressos são as primeiras evidências construídas sobre esse tema.

QUESTÕES FECHADAS NA ESCOLA AMARELA

1. Você sabia que durante a suspensão das aulas devido à pandemia de covid-19, muitas escolas adotarão o ensino remoto como estratégia não presencial?

100% das professoras entrevistadas na escola amarela e nomeados com as letras F, G, H, e I responderam que (Sim) tinham conhecimento (**Veja ilustração Nº 11:** Questão fechada 1 na escola amarela com vacina)

Ilustração Nº 11: Questão fechada 1 na escola amarela com vacina



Fonte: Elaborada pelo autor

Os resultados das respostas afirmativas das professoras A, B, C, D e E pertencentes à escola vermelha concordam com as respostas afirmativas das professoras F, G, H e I da escola amarela.

Da mesma forma, também concorda com o disposto no artigo 2º, inciso 4º, da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública “4º A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais”

Não entanto, é importante estabelecer diferenças conceituais entre o trabalho de campo e os documentos que sustentam o referencial teórico, nesse sentido o *conceito de aulas não presenciais ou também chamadas de atividades pedagógicas não presenciais* é frequentemente confundido com o conceito de aulas remotas ou o ensino remoto de emergência

Neste sentido, as aulas não presenciais ou atividades pedagógicas não presenciais estão definidas no Parecer CNE/CP Nº: 5/2020 de 28-04-2020 intitulado Reorganização do Calendário Escolar e a possibilidade de computar atividades não presenciais para efeitos de cumprimento da carga horária mínima anual, devido a Pandemia do COVID-19 como: *“Por atividades não presenciais entende-se, neste parecer, aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino*

com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar” (BRASIL, 2020, p. 6)

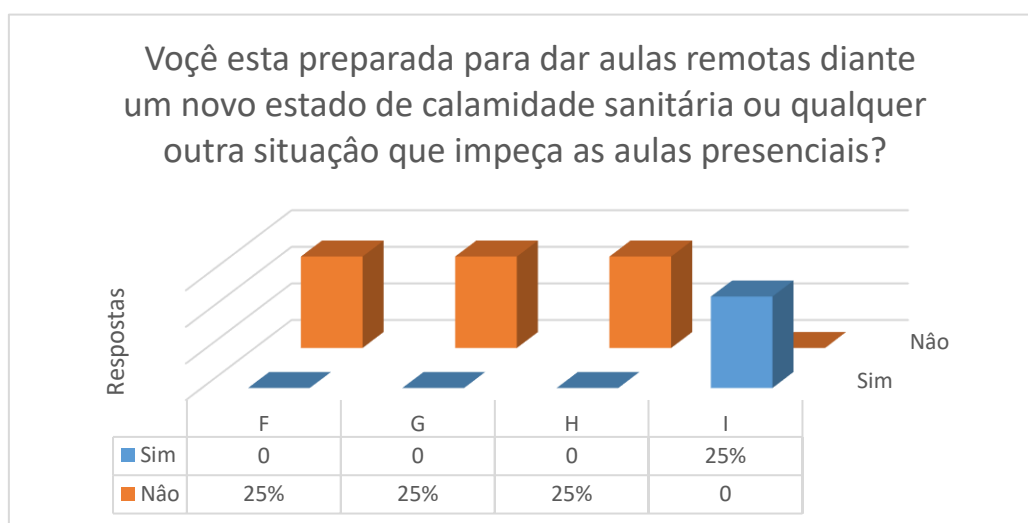
Por outro lado, o conceito de Ensino Remoto de Emergência foi definido por Oliveira (2020 apud Hodges et al., 2020, p. 62) como:

O tipo de abordagem que envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que de outra forma seriam ministradas pessoalmente ou como cursos mistos ou híbridos, e retornarão a esse formato assim que a crise ou a emergência passou.

2. Você está preparado para oferecer aulas remotas diante de um novo estado de calamidade de saúde ou qualquer outra situação que impeça suas aulas presenciais?

As respostas a esta pergunta foram diferentes. 75% das professoras nomeadas com as letras F, G e H foram que (Não) estão preparados para dar aulas remotas em caso de um novo estado de calamidade sanitária. Ao contrário, 25% das professoras nomeadas com a letra I é que (Sim) estão preparados para ministrar aulas remotas diante de uma nova situação de calamidade sanitária. (Veja ilustração nº 12: Pergunta fechada, 2 escolas amarela com vacina)

Ilustração Nº 12: Pergunta fechada, 2 escolas amarela com vacina



Fonte: Elaborada pelo autor

A resposta das professoras A e C da escola vermelha é negativa (Não) eles estão preparados para ministrar aulas e concordam com as respostas das professoras F, G e H da escola amarela. Ao contrário, a resposta das professoras nomeadas com as letras B, D e E da escola vermelha é afirmativa (sim) elas estão preparadas para ministrar aulas em situação de calamidade e concorda com a resposta da professora I da escola amarela. Pode-se concluir que de 09 professoras entrevistadas, 5 professoras afirmam estar preparadas para ministrar aulas em um novo estado de calamidade sanitária, enquanto, ao contrário, 4 professoras afirmam não estar preparadas para ministrar aulas em um novo estado de calamidade sanitária.

DESAFIOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 COM VACINA

QUESTÕES ABERTAS DA ESCOLA VERMELHA

1. Você poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi utilizado na escola durante a pandemia de covid-19?

Segundo a professora A, eram utilizados na escola dois tipos de ensino educacional não presencial, que são: *"Educação a Distância e entrega de material impresso a cada 15 dias"*.

Ao contrário disso, a professora B afirma que o único tipo de ensino não presencial adotado na escola foi: *"Entrega de conteúdo escolar impresso a cada 15 dias"*. Essa opinião também foi compartilhada pela professora C quando afirmou que na escola era utilizado apenas como uma modalidade de ensino não presencial: *"Entrega de conteúdo escolar impresso a cada 15 dias"*.

Por outro lado, a resposta da professora D é contundente ao afirmar que a modalidade de ensino não presencial utilizada na escola utiliza três modalidades que são: *"Educação a Distância, Ensino remoto, entrega de conteúdo escolar impresso a cada 15 dias"*

Uma resposta diferente foi expressa pela professora E ao destacar que dois tipos de ensino não presencial foram utilizados na escola, quais sejam: *"Ensino à distância e entrega de atividades escolares impressas a cada 15 dias"*

Ao analisar cada uma das respostas das professoras, A, B, C, D e E, pode-se concluir que o tipo de ensino não presencial utilizado na escola segue a seguinte ordem: em primeiro lugar, a entrega de material impresso a cada 15 dias. Em segundo lugar, ensino remoto é em terceiro lugar, educação a distância. (Veja quadro Nº 10: Tipo de ensino não presencial)

Quadro Nº 10: Tipo de ensino não presencial

Professoras	Tipo de ensino no presencial		
	Ensino remoto	EaD	Entrega de Material Escolar cada 15 dias
A		1	1
B			1
C			1
D	1	1	1
E	1		1
Total	2	2	5

Fonte: Elaborada pelo autor

Por outro lado, um estudo que vai ao encontro dos resultados expressos (veja, tabela nº 1: modalidade de ensino não presencial) é o relatório denominado resposta educativa à pandemia de covid-19 apresentado em 2020 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep, 2020, pág. 10) em que mostra que 94,1% das escolas municipais adotaram a entrega de material impresso durante o primeiro ano da pandemia, com 74 % as escolas adotaram a disponibilização de material didático-aprendizagem pela internet, por último, com 58,6%, destacam-se as avaliações a distância pela internet.

QUESTÃO ABERTA NA ESCOLA AMARELA CON VACINA

1. Você poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi utilizado na escola durante a pandemia de covid-19?

A resposta dada pela professora F é que era "*Entrega de conteúdo escolar impresso a cada 15 dias*" por outro lado, a professora G afirma que são "*Ensino remoto, Entrega de conteúdo escolar impresso a cada 15 dias*" da mesma forma a professora H respondeu que era "*entrega de material escolar impresso a cada*

15 dias” ao contrário disso, a professora I afirma que “atuo em 2 escolas do interior na época. Em uma usamos a rede social, no caso grupos de WhatsApp e toda semana postamos material.

Ao analisar cada uma das respostas das professoras, F, G, H e I, pode-se interpretar que o tipo de ensino não presencial utilizado na escola segue a seguinte ordem: em primeiro lugar, entrega de material impressos a cada 15 dias. Segundo a ensino remoto. Em terceiro lugar, posto de material educativo no WhatsApp. **(Veja quadro Nº 11: Tipo de ensino não presencial)**

Quadro Nº 11: Tipo de ensino presencial

Professoras	Tipo de ensino no presencial			
	Posteo de material educativo por whatsapp	Ensino remota	EaD	Entrega de Material Escolar cada 15 dias
F				1
G		1		1
H				1
I	1			
Total	1	1		3

Fonte: Elaborada pelo autor

Juntando as respostas das professoras A, B, C, D e E pertencentes à escola vermelha com as respostas das professoras F, G, H e I da escola amarela, estabelece-se a seguinte ordem quanto ao tipo de ensino não presencial usado durante a pandemia de covid-19: Primeira entrega de material escolar impresso a cada 15 dias. Segundo ensino remoto. Terceiro Educação a Distância. Quarta postagem de material educativo pelo WhatsApp.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da investigação foi alcançado graças à construção de duas categorias de análise. A primeira categoria foi denominada os desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 sem vacina, e possibilitou mostrar que a modalidade presencial sem contato por meio da entrega de material impresso a cada 15 dias e aulas remotas tornaram-se as principais estratégias das redes públicas de ensino fundamental para efetivar o acesso à educação. Por outro lado, coloca-se a questão para futuras investigações sobre como foi garantida a qualidade do ensino durante o ano letivo de 2020?

No campo dos desafios, foi possível evidenciar que durante o ano letivo de 2020 a reorganização do calendário escolar foi flexibilizada em função da pandemia. Por outro lado, a questão das desigualdades tecnológicas e de conectividade foi evidenciada por meio das salas de aula remotas, pois muitos alunos não conseguiam acessá-la, enquanto poucos conseguiam. O que trouxe como resultado que a maioria das redes públicas de ensino fundamental adotou a entrega de material impresso como estratégia educacional não presencial.

A segunda categoria denominada os desafios do direito à educação no Brasil durante a pandemia de covid-19 com vacina permitiram analisar o ano letivo de 2021, onde as aulas híbridas e o retorno das aulas presenciais foram adotados como estratégia educacional não presencial. Durante este período letivo foram desenhadas orientações de saúde para a implementação de protocolos de saúde a nível geral da escola, ao nível das salas de aula, ao nível dos espaços comuns, ao nível da biblioteca e ao nível dos transportes escolares.

O período letivo de 2021 foi marcado pela aplicação das medidas sanitárias de prevenção e controle da covid-19 em todo o sistema educacional brasileiro. Desta forma, o Ministério da Educação, enquanto órgão tutelar da educação, elaborou vários documentos cujo objetivo era orientar e regulamentar o regresso às aulas presenciais. Em segundo lugar, as secretarias estaduais de educação elaboraram regulamentos para orientar a aplicação de medidas sanitárias e instrumentalizar a criação de núcleos de monitoramento nas escolas e nas secretarias municipais de educação.

No âmbito das secretarias municipais de educação, foram estabelecidos controles de vigilância e monitoramento para cada um dos protocolos de saúde para prevenção e controle contra a covid-19. Um tema de interesse para pesquisas futuras está relacionado ao estudo dos planos de contingência adotados pelas redes públicas de ensino fundamental.

Por último, também seria importante saber se o conceito de aulas remotas, ensino remoto emergencial, ensino híbrido e entrega de material impresso será incorporado às leis educacionais em caso de futuros estados de exceção por emergências de saúde ou outras situações que impeçam o desenvolvimento do ano escolar.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGAMBEM, Giorgio. Estados de exceção. 1era Edição. Tradução de Iraci D. Poleti. São paulo: Boitempo., 2004

AGAMBEM, Giorgio. Stato di eccezione e stato di emergenza. 2020. Disponível em:<<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-stato-di-eccezione-e-stato-di-emergenza>> Acesso el 05 de abril del 2023.

BONETI, Lindomar. Políticas Públicas por dentro. 1era Edição, Buenos Aires, 2017.

BRASIL. PORTARIA Nº 343 de 17 de março de 2020. Disponibilizo a substituição das salas de aula presentes por salas digitais no período da situação pandêmico Novo Coronavírus - COVID-19. Jornal Oficial da União. Brasília. 18 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> - Acesso 27 de fevereiro de 2021

BRASIL. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

BRASIL. Lei Nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso 03 maio de 2023

BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, de 20 de Dezembro de 2016. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24789597/do1-2016-12-22-instrucao-normativa-n-2-de-20-de-dezembro-de-2016--24789506> Acesso el dia 05 de abril del 2023

BRASIL, Decreto nº 10.593 de 24 de dezembro de 2020 Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10593&ano=2020&ato=5c8g3aq1UMZpWT24d>> Acesso el dia 05 de abril del 2023

BRASIL, DECRETO Nº 7.257, DE 4 DE AGOSTO DE 2010. Regulamenta a Medida Provisória no 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos

para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7257.htm> Acesso el 05 de abril del 2023

BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CP Nº: 5/2020 aprovado em 28 março de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CP Nº:11/2020 aprovado em 7 de julho de 2020. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA Nº 343 o dia 17 de março de 2020, Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CP Nº 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020, que estabeleceu Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

BRASIL. Portaria N 343 de 17 de março de 2020. Disponibilizo a substituição das salas de aula presentes por salas digitais no período da situação pandêmico Novo Coronavírus - COVID-19. Jornal Oficial da União. Brasília. 18 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> - Acesso 27 de fevereiro de 2021

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil de 1988. Artigo 205.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Guia para a implementação de protocolos para o retorno das aulas presenciais nas escolas do ensino básico, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Segundo relatório técnico. Plano Nacional de Operacionalização da vacinação contra a covid-19, Brasília. 2021

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Segundo relatório técnico. Plano Nacional de Operacionalização da vacinação contra a covid-19, 2ª Edição, Brasília-DF- Setembro, 2022

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Projeto de resolução de diretrizes gerais sobre aprendizagem híbrida.

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses estatística do questionário resposta educacional a pandemia de covid-19 no Brasil-Educação Básica. 2020. Disponível em:

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resultados da segunda edição da pesquisa resposta educacional á pandemia de covid-19 no Brasil. Censo escolar 2021. Brasília, 2022

BRUSCATO, Amanda Moraschen & BAPTISTA, Jorge. Modalidade de ensino nas universidades Brasileiras e Portuguesas: um estudo de caso sobre a percepções de alunos e professor em tempos de covid-19. Revista Brasileira de Educação, v2, faro, Portugal. 2021. Disponível em: [<https://www.scielo.br/rbedu/a/C8ShLSSdgT9YRCbjB7mVmhG/?lang=pt&format=pdf>] acesso, 08 de setembro de 2022

COMISSÃO ECONOMICA PARA AMERICA LATINA-CEPAL & ORGANIZAÇÂO DS NAÇÕES UNIDAS PELA EDUCAÇÃO, CIENCIA E CULTURA-UNESCO. Relatório COVID-19. Educação em tempos da pandemia de covid-19. Santiago-Chile. 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-unesco-publicam-documento-que-analisa-os-desafios-pandemia-educacao-america-latina>> acesso 24 de junho de 2021

CENTRO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS-CESFA. Metodologias ativas de aprendizagens. 2020. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Metodologia-de-4-tempos_CESFA.pdf> acesso 04 agosto de 2021.

DA SILVA TEIXEIRA, Álvaro Antônio. Ensinar e aprender com as tecnologias. Um estudo sobre as atitudes, formação, condições de equipamento e utilização nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Cabeceiras de Basto. Dissertação apresentada à Universidade do Minho em cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Formação Psicológica de Professores, Braga, 2004.

DE FREITAS, Angiberto Sabino. A implementação do e-learning nas escolas de gestão: um modelo integrado para o processo de alinhamento ambiental. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2009

ENCRUZILHADA DO SUL. Lei n 3.874 de 23 de março de 2020 convalida decreto que declara situação de calamidade pública no Município Encruzilhada do Sul em decorrência da pandemia do Coronavírus (Covid-19) Disponível em:

ENCRUZILHADA DO SUL. DECRETO Nº 3.557, DE 23 DE MARÇO DE 2020. Declara estado de calamidade pública decorrente da situação de emergência internacional, estabelece medidas de prevenção e enfrentamento ao contágio pelo COVID-19, em vista do surto epidêmico do novo coronavírus, no Município de Encruzilhada do Sul e dá outras providências. Disponível em: <https://www.encruzhadadosul.rs.gov.br/publicos/e9623c878d0c65b57af4194571211b65.pdf>

ENCRUZILHADA DO SUL. DECRETO Nº 3.560, DE 31 DE MARÇO DE 2020. Altera disposições do Decreto nº 3.557/2020, que declara estado de calamidade pública decorrente da situação de emergência internacional, estabelece medidas de prevenção e enfrentamento ao contágio pelo COVID-19, em vista do surto epidêmico do novo coronavírus, no Município de Encruzilhada do Sul e dá outras providências. Disponível em: <https://www.encruzhadadosul.rs.gov.br/publicos/fe14c33ac1e85e19632474e72c428737.pdf>

ENCRUZILHADA DO SUL. DECRETO Nº 3.571, DE 1º DE JUNHO DE 2020. Prorroga prazo do Decreto nº 3.561, de 02 de abril de 2020 e suas alterações, que Reitera a declaração de estado de calamidade pública no Município de Encruzilhada do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.encruzhadadosul.rs.gov.br/publicos/fa67183d295196f36267e8196c8b7ee1.pdf>

ENCRUZILHADA DO SUL. DECRETO Nº 3.581, DE 30 DE JUNHO DE 2020. Prorroga prazo do Decreto nº 3.561, de 02 de abril de 2020 e suas alterações, que Reitera a declaração de estado de calamidade pública no Município de Encruzilhada do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.encruzhadadosul.rs.gov.br/publicos/cd63078ea5d4f000f9626ea45c7b6576.pdf>

ENCRUZILHADA DO SUL. DECRETO Nº 3.594, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020. Prorroga prazo do Decreto nº 3.561, de 02 de abril de 2020 e suas alterações, que Reitera a declaração de estado de calamidade pública no Município de Encruzilhada do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.encruzhadadosul.rs.gov.br/publicos/0422acf26407a2b0c900e0be50f65e5c.pdf>

ENCRUZILHADA DO SUL. DECRETO Nº 3.600, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020. Prorroga prazo do Decreto nº 3.561, de 02 de abril de 2020 e suas alterações, que Reitera a declaração de estado de calamidade pública no Município de Encruzilhada do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

Disponível em:
<https://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/publicos/48acdda12d4e1cecfb984508f25c2816.pdf>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Estadual da Educação. Guia para a implantação das medidas de prevenção e controle da Covid-19 nas instituições de ensino, 2021

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Portaria Conjunta SES/SEDUC/RS Nº 01/2021. Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle à COVID-19 a serem adotadas por todas as instituições de ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/17102713-portaria-conj-ses-seduc-rs-n-01-2021-final.pdf>

HODGES, Charles; TRUST, Torres; MOORE, Stephanie, BOND, Aaron & LOCKEE, Barb. Diferencias entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia. 2020. Disponível em:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Dados de educação da Prefeitura de Curitiba. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>> Acesso 08 de julho de 2020.

LEITE-SAMPAIO, José Adércio and COSTA-ASSIS, Christiane. Emergencia e restrigoes de direitos constitutionals no Brasil e no mundo. Opin. jurid. [online]. 2020, vol.19, n.spe40, pp.187-205. Disponível em:<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1692-25302020000300187&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acceso el 05 de abril del 2023

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. 5ta edição. São Paulo, Atlas, 2002. Disponível em:
<https://d1wgtxts1xzle7.cloudfront.net/61219682/Lakatos_e_Marconi_-_Tecnicas_de_pesquisa20191114-31612-di2isl.pdf?1573775085=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMARINA_DE_ANDRADE_E_MARCONI_EVA_MARIA.pdf&Expires=1625163393&Signature=KwQUaK~wtXjZ~4fHHoGrYPHZlvrZz5U4E~rT> Acesso 28 de junho de 2021

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista do ppgav/eba/UFRJ. 2016

MICHELIN, Rita Lourdes & TEIXEIRA, Paulo Roberto. Cultura Gaúcha. A percepção dos frequentadores de XXIX semana farroupilha do CT6 Nova Querera-Boa Vista-Roraima. Cultur, ano 11, N 03, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS),

em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>

OLIVEIRA, Martins Diego; APARECIDA, Triziotto Simone & WALMER, Cazarini Edson. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) como ferramentas de apoio em Ambientes Complexos de Aprendizagem (ACAs). Associação Brasileira de Educação a Distância. Volume 15-2016. Disponível em: http://seer.abed.net.br/edicoes/2016/08_Ambientes_virtuais_aprendizagem.pdf

OLIVEIRA, Vera Lúcia Meneses. Ensino Remoto ou Ensino a Distancia efeitos da pandemia. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/249044>> Acesso 05 maio de 2023

ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBEROAMERICANOS (OIE). Relatório efeitos da crise do covid-19 na educação. 2021. <Disponível em: <http://oei.org.br/arquivos/informe-covid-19d.pdf>>. Acesso 05 maio de 2023

THERESINHA, Alice; PEREIRA, Cybis; SCHMITT, Valdenise & ALVARES, C Dias, Maria Regina. Seminário ambientes virtuais de aprendizagem. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/129867/mod_resource/content/1/Semin%C3%A1rio%20-%20Ambientes%20Virtuais%20de%20Aprendizagem.pdf

PRASS, Alberto Ricardo. Teorias de aprendizagem. Editorial Scrinilabris. 2012

REDE LUSÓFONA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (ReLus). A pandemia da covid-19 e o direito à educação em países de Língua portuguesa: Desafios e enfrentamento em Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Relatório da rede lusófona pelo direito à educação, 2021

ROSSI, Claudia Maria Soares; BRITO, Ana Clara Serpa Toscano de; SILVA JUNIOR, Uriel Borges da. O uso do aplicativo WhatsApp durante o ensino remoto na rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 21, 8 de junho de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/21/o-uso-do-aplicativo-whatsapp-durante-o-ensino-remoto-na-rede-publica-de-ensino-do-estado-de-minas-gerais> Acesso 02 Maio de 2023

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Edições Almedina. Coimbra. 2020.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL (SEBRAE). Relatório do serviço de apoio às micro e pequenas empresas do rio grande do sul, 2019.

UNESCO, 2021. Informe garantir um aprendizagens a distância efetivo durante a irrupção causada por lá covid-19. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375116_spa

TERESINHA CID CONSTANTINIDIS & THELMA SIMÕES MATSUKURA. Distanciamento social durante na pandemia de covid-19: impactos no cotidiano acadêmico e na saúde mental de estudantes de terapia ocupacional. Revista sustinere, Rio de Janeiro, v.9.n2 Pág. 603-628. 2021

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, 22, (44): 2014. Disponível em: [<file:///C:/Users/PCx/Downloads/Texto+do+artigo-18568-1-10-20191002.pdf>](file:///C:/Users/PCx/Downloads/Texto+do+artigo-18568-1-10-20191002.pdf)
acesso 19 de junho de 2022

ANEXO 1- ESCOLA VERMELHA

ENTREVISTA PROFESSORA A

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora A responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora A responde: foi dois; Educação a Distancia e entrega de material impresso cada 15 dias.

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora A responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora A responde: Eu leccione em 5 ano

Entrevistador pergunta: você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora A responde: os conteúdos a serem trabalhados porque não tinham explicação. A gente não conseguiu explicar para eles, porque não todos tinham internet. Então a gente enviava atividade impressa cada 15 dias, mas não tinha como explicar. Ai vem à dificuldade. Porque não sempre podia trabalhar nada novo, não tinha como explicar para eles a teoria, e muitas vezes em casa não tinha ajuda. Então foi difícil fazer essas aulas.

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora A responde: Não

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora A responde: Eram aulas remotas

Entrevistador pergunta: você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora A responde: Me planeje e não me planeje porque era bem difícil. A gente mandava aula cada 15 dias, mas isso em 2 dias estava pronta. Mas era bem difícil se planejar o ter um planejamento. Porque a gente entrega aulas para eles fazer, tinham 15 dias para eles fazer, mas alguns estavam bem atrasados, porque eles não estavam conseguindo fazer nada. A gente não tem um planejamento, aquilo ia fluindo em no acompanhamento dele.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora A responde: Não. A gente recebia orientações, mas não treinamento.

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora A responde: 15

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora A responde: alguns sim outros não. E alguns tiveram auxílio no centro de informação quando estava aberto, eles têm ajuda. Sim não, não. Por isso atraso na entrega de atividades. Não conseguem fazer.

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora A responde: Grupos de Whatsap

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora A responde: Não. Mais a gente tem que se adaptar. !!Tem que dar aula!!

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora A responde: Muito ruim, eles estão muitos atrasados. Eu tenho um 5ano com nível de 3 ano que foi o ultimo ano que eles estudaram. Então o 3 ano que eles não estudaram muito e o 4 ano fico uma coisa para trás. Agora a gente esta trabalhando todo de novo. Eu achei muito ruim, eles estão bem atrasados. Todos.

ENTREVISTA PROFESSORA B

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora B responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora B responde: Entrega de conteúdo escolar impresso cada 15 dias

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora B responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora B responde: 1er ano e 5to ano

Entrevistador pergunta: você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora B responde: a falta de convivência com os alunos, de a gente ser mais próximo. Tirar as dúvidas de eles, quando eles retornavam hasta nós tinham muitas dificuldades. E às vezes as famílias em casa como era para fora quando eu passei por esse período, era uma escola do interior, os pais não tinham muito tempo, eles trabalhavam muito pelo campo, assim que eles não tinham tempo para auxiliar os alunos. Essa foi a maior dificuldade que eu achei, assim.

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora B responde: Não

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora B responde: Eu acho que aulas remotas, e o nome mais parecido, aulas remota ou aulas a distancia.

Entrevistador pergunta: você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora B responde: A traves de polígrafos, trabalhei por 15 dias, cada 15 dias era trocado o poligrafo.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora B responde: Não recebemos nenhum.

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora B responde: Do 1er ano acredito que tência 17 e meu 5to ano tência 11 alunos

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora B responde: Muitos poucos. A maioria não teve auxilio

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora B responde: Grupos de Whatsap

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora B responde: preparada, preparada não, mais sem a gente precisar vai ter que dar de novo.

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora B responde: complicado, muito complicado. Os alunos voltaram assim bem perdidos. A gente também, porque a gente achava que estava recebendo coisas feitas por eles e a verdade eram os pais que respondiam por eles. Agora está bem atrasado. Atraso bastante nossas vidas agora.

ENTREVISTA PROFESSORA C

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora C responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora C responde: Entrega de conteúdo escolar impresso cada 15 dias

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora C responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora C responde: 1er ano e 5to ano

Entrevistador pergunta: você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora C responde: não estávamos preparados, e da noite para o dia tudo mudou completamente. E muito importante esse contato presencial com o aluno. Então isso foi tirado. Então a gente tinha aquelas atividades que nós planejávamos. A gente não tinha uma noção de o nível que eles estavam para continuar mandando atividades.

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora C responde: Não

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora C responde: Aulas remotas

Entrevistador pergunta: você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora C responde: como a gente enviava as atividades em folhas impressas para os alunos, eu procurava assim de a melhor forma possível atividades que eles conseguissem interpretar o que a família o alguém, porque muitos têm dificuldades, os pais às vezes não são alfabetizados. Então a gente

tênia que pensar em isso também como estratégia para que eles conseguissem entender aquelas atividades, tal vez para auxiliar e conseguir alcançar o objetivo de eles devolverem as atividades feitas, mais foi um momento bem difícil esse planejamento assim, porque a gente não tênia muito contato também via whatsapp, porque muita não tênia internet, tênia dificuldade de fazer. Então nosso contato com eles era a traves de essas folhas, de essas atividades impressas que a gente enviava e eles tauriam depois.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora C responde: Não

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora C responde: 12 alunos

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora C responde: esse e uma pergunta muito difícil de afirmar, porque as atividades vinham feitas, mas a gente não saiba haste que ponto aquela criança foi auxiliada de forma correta a fazer ou sim em determinado momento alguém fazia por ela. Então a gente não tem como afirmar o que acontecia.

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora C responde: O contato era muito pouco, no momento da entrega das atividades, com alguns ainda que tênia aceso a internet, ao whatsapp mais pouco. A maioria era em esse período de 15 a 15 dias quando a gente recolhia as atividades e entregava as novas atividades

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora C responde: Não estou preparada.

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora C responde: Foi bem difícil, bem complicado o ensino fico muito desfasado. Hoje nós temos que intentar busca a melhor forma ou alternativas para buscar e recuperar esse aluno. Porque eles vêm com um nível inferior do

que eles precisam hoje. Tem que correr atrás para buscar esse aluno, vai demorar um tempo à gente conseguir.

ENTREVISTA PROFESSORA D

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora D responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora D responde: Educação a Distancia, Ensino remoto, entrega de conteúdo escolar impresso cada 15 dias, também eu gravava vídeos em casa e postava para eles entenderem o que tinha o material impresso.

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora D responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora D responde: 1er ano

Entrevistador pergunta: você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora D responde: Falta de compromisso dos pais em buscar o material impresso que ficava. A gente chamava e muitos pais trabalhavam o dia todo e não conseguiam auxiliar. Acredito que isso foi um dos grandes dificuldades, os alunos ficavam sozinhos e se sentiam perdidos por não ter o auxílio de alguém.

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora D responde: Me adaptei, realize as atividades, mas não gostava, prefiro o preferencial.

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora D responde: Aulas remotas

Entrevistador pergunta: você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora D responde: planejo sempre com atividades que eles conseguissem intentar fazer, realizar sozinhos, já que muita não tinha auxílio.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora D responde: Não, nenhum treinamento.

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora D responde: 24 alunos

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora D responde: algum sim teve muitas mães presentes que apoiavam com atividades, mandavam vídeos, fotos, alguma não ténia muito apoio.

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora D responde: nós encontrávamos cada 15 dias na entrega de material impresso e também em no grupo de whatsapp.

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora D responde: Acredito que sim, porque que foi uma experiência, mais como falei antes espero que não, já que não foi um pouquinho de meu agrado.

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora D responde: Tive aqueles que aprenderam aqueles que participarão aqueles que fizeram bastantes coisas, já que tive quem fico. Eu acredito que tem muita desigualdade, isso vai refletir ainda de aqui para frente porque muito ficaram com um pouco mais de atraso. Então cada aluno e um caso

ENTREVISTA PROFESSORA E

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora E responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora E responde: aqui na escola tivemos 2 opções. Ensino remoto e entrega de atividade escolar impressa cada 15 dias para que não tência acesso ao celular ou algum outro modo que não mudamos. Eu acostumava enviar minhas aulas pelo whatsapp, fazia explicação de aquelas atividades no grupo.

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora E responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora E responde: 3er ano

Entrevistador pergunta: você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora E responde: a dificuldade foi o acesso dos alunos e que eles tiveram uma rotina escolar das atividades a ser desenvolvidas, alguns não participavam, outros não retiravam as atividades.

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora E responde: Sim

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora E responde: Aulas remotas

Entrevistador pergunta: você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora E responde: Era feito diariamente ao fim de aquela quinzena, nós trouxemos e enviamos para supervisão e direção para que fizessem as cópias impressas para quem não tivesse acesso.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora E responde: Não teve treinamento, eu apende por meus próprios meios,

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora E responde: 12 alunos

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora E responde: Acredito que a maioria teve auxílio de um familiar, inclusive alguns familiares em vez de auxiliar a criança resolviam as atividades para ser livre de aquilo, para não ter a responsabilidade porque a gente conhece a letra de uma criança que esta sendo alfabetizada.

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora E responde: Whatsap

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora E responde: Sim, estou preparada.

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora E responde: Eu acho que sim, os alunos tivessem auxílio ou suporte em casa seria bem mais fácil, poderíamos trabalhar coisas mais específicas, além de alfabetização.

ANEXO 2-ESCOLA AMARELA

ENTREVISTA PROFESSORA F

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora F responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora F responde: Entrega de conteúdo escolar impresso cada 15 dias

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora F responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora F responde: 6to ano, 7mo ano, 8vo ano, 9no ano.

Entrevistador pergunta: você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora F responde: Não tência como trabalhar também, e a dificuldade que o impresso não era todas escolas que tência colorido. Então uma tirinha o alguma coisa já ficava com isso deficiência também.

E a questão da autoria, produção textual agente não tem certeza sim foram realmente os alunos que fizeram o material que volto, muita copia de internet. Então era difícil porque eles tência 15 dias, esta fechando o trimestre, como e que tu vai a pedir refazer porque fiz um plagio. Então essas foram as principais dificuldades na disciplina.

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora F responde: redescendo os conteúdos a leitura e interpretação são assim não posso dizer, prefiro dizer que não porque e o ideal, para meu não e o ideal.

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora F responde: Aula remota

Entrevistador pergunta: você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora F responde: eu segue trabalhando, eu tência que fazer um texto em essas folhas e que as vezes em uma folha assim, são com letra preta. Eu tência também um problema era pouca folha, sou pode fazer em duas folhas, frente e verso não pode fazer de isso. Então não podia fazer textos muitos longos para que eles leiram, não pode mandar chat muitos grandes, desenho grande, nada de isso e tudo trabalhando com preto e branco. Eu ainda tência que acrescentar ou explicar a minha fala com o aluno, então desenvolvi por conta própria alguns bilhetinhos

Eu compre uma impressora colorida, eu investi de meu bolso para poder fazer essas bilhetinhos, mandar recadinhos para chamar atenção de eles, porque as vezes tem alunos que tem dificuldade de leitura, pega e não consegue responder. Então intentava interagir de uma maneira que chamasse atenção em na folha e a escola não tência como afeitar todo isso. Eu tive que preparar por fora essa explicação para ter essa interação com os meus alunos.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora F responde: somente no segundo ano da pandemia, foi uma semana sobre método de língua portuguesa para aulas remotas. Era em geral pata todos os professores e professoras algumas técnicas, algumas coisas, mais muito por cima e a gente já estava a mais de um ano no sistema já de aulas remotas e dependendo da internet e a maioria do material que eles estavam falando tência que ser trabalhado com internet e a gente não tência como fazer para município o treinamento que tência que ser mínimo não diante.

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora F responde: Eu tência em nenhuma escola para fora tência 48 alunos de 6to ano, mais era uma escola muito afastada e tência poucos alunos. Em essa outra escola que eu te falei que eu pegue de 1er ano a 5to ano, essa tência entorno de 20 alunos por turma. Tência mais de 100 alunos.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora F responde: alguns sim e maioria não.

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora F responde: Com whatsapp e mesmo assim eram poucos.

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora F responde: Não estou, não quero que isso aconteça

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora F responde: horrível, não foi aprendizagens. A gente esta vendo agora, eu estou desesperado com essas crianças, tentando tapar alguns erros. Eu sei que isso não vai ser possível.

ENTREVISTA PROFESSORA G (MATEMÁTICA)

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora G responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora G responde: Ensino remoto, Entrega de conteúdo escolar impresso cada 15 dias

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora G responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora G responde: 2020 eu trabalhei com 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano. É em 2021 com 6º ano e 7º ano.

Entrevistador pergunta: você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora G responde: A dificuldade maior foi fazer entender os alunos, como eu dizia teve alunos que receberão material impresso e muitos quando leiam não conseguiam entender principalmente a matemática que é desenvolver cálculos, os exemplos e todo o demais e por mais que se colocarão os exemplos ai digitados, muitos não conseguem visualizar como chegaram a esses resultados, como calcularão. Foi se fazer entender foi conseguir chegar a esse aluno até mesmo a través de um whatsapp, com aulas muitos alunos não tinham acesso a uma internet decente. Então eu acho que a maior dificuldade mesmo foi chegar em esse aluno, se fazer entender por esse aluno.

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora G responde: Sim, fomos obrigados a se adaptar. Não tínhamos opção.

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora G responde: Aulas remotas

Entrevistador pergunta: você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora G responde: Em questão ao planejamento foi baseado em nas reuniões por área de conhecimento que nós tivemos com pessoal da Secretaria de Educação, onde os professores da área de conhecimento, nós conversamos é decidimos os conteúdos mais importantes vamos dizer assim. Então meu planejamento foi baseado em no que conversamos em minha área no caso de matemática. Então me foi planejando e meu organizando em cima da aquilo que foi decidido em reunião de que se deveria trabalhar todo de maneira simples, mais acessível possível para que o aluno pudesse entender.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora G responde: Nenhum treinamento

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora G responde: 100 alunos, desde o 1er ano até 6to ano. Era uma escola menor. Então os alunos bateiam 50, 60 alunos. Mais o ano passado (2021) como ténia 3 escolas viro 100 alunos.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora G responde: muitos poucos alunos tiveram uma estrutura familiar para acompanhar essas aulas remotas e maioria estudarem sozinhos.

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora G responde: por whatsapp

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora G responde: preparado não, porque foi 2 anos muitos difícil de trabalhar, foram 2 anos assim que batia um certo desespero em relação a os alunos não estão entendendo. Mais se for necessário esperasse que não.

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora G responde: sendo bem franco, nós, professores fingiram que demos aulas e os alunos fingiram que aprenderam alguma coisa, resumindo bem, bem sincero e franco porque infelizmente agora voltando ao presencial a gente está vendo as lacunas que se criou. Se a gente fosse analisar os alunos de 3º ano cairiam de para cá até ao 6º ano. Eu estou enfrentando muitas dificuldades em minha área que é matemática. Alunos que não sabem operações básicas, não sabem como montar uma continuação subtração, tabelada praticamente zero. Então deixo uma lacuna muito grande.

ENTREVISTA PROFESSORA H

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora H responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora H responde: Entrega de material escolar impresso cada 15 dias.

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora H responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora H responde: Todas, desde 1º ano até 9º ano.

Entrevistador pergunta: Você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora H responde: O retorno das atividades

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora H responde: Sim

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora H responde: Aulas remotas

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora H responde: De acordo com o que eu conhecia dos alunos, com a necessidade, como era com todos eles, era de acordo com a necessidade de cada um e o pouco que vinha de retorno na próxima atividade eu ia planejando.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora H responde: Não

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora H responde: 150 alunos

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora H responde: Alguns sim, outros não.

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora H responde: Whatsap

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora H responde: Mais o menos

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora H responde: fico muito a desejar porque tem alunos que não tem como estudar o retorno porque eles não têm aquela base familiar para ajudar e não tem como a gente exigir muito deles. A família conta muito.

ENTREVISTA PROFESSORA I

Entrevistador pergunta: Você sabia que as aulas presenciais foram suspensas durante o ano 2020 como medida preventiva de saúde contra o covid-19?

Professora I responde: Sim

Entrevistador pergunta: Poderia me dizer que tipo de ensino não presencial foi usado na escola durante a pandemia de covid-19?

Professora I responde: Eu trabalhei em 2 escolas do interior na época. Em uma usávamos a rede social no caso grupos de whatsapp e todas as semanas nós postamos material. E em a outra entregamos material escolar impresso porque eles não tinham acesso à internet. Então enviamos cada 15 dias não mais que isso material impresso para eles depois eles retornavam para escola na medida em que iam fazendo.

Entrevistador pergunta: Você sabia que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, muitas escolas adotaram o ensino remoto como estratégia não presencial?

Professora I responde: Sim

Entrevistador pergunta: Em qual série/ano do ensino fundamental você lecionou durante o ensino remoto?

Professora I responde: 6to ano, 7mo ano, 8vo ano e 9no ano.

Entrevistador pergunta: você poderia fazer uma lista das dificuldades enfrentadas pelos professores e pelas professoras durante o ensino remoto?

Professora I responde: Dificuldade sim como te dizia nós trabalhamos. Eu trabalhei em 2 escolas do interior a onde boa parte das aulas não tinha internet, não tinha um telefone bom que conseguissem acessar. Então a gente teve que encaminhar. Encontramos muitas dificuldades, boa parte da família não tinha um grado de estudo que conseguisse ajudar a aos filhos a fazer essas atividades em casa e mesmo nas escolas que a gente conseguisse ter acendido pela internet como o aluno ficava difícil de conseguir explicar porque faltava aquele contato físico para tu sentar e tu ver qual e a dificuldade de cada aluno para tu conseguir sanar aquela dificuldade.

Porque eu estava ali explicando, tu mandavas áudios explicando pelos grupos de whatsapp mais tu não sabias sem o aluno estava entendendo. Tu no sabes qual era a dificuldade, tu no conseguias ter aquele olho no olho para ver sim

estava entendendo. Então acho que isso foi uma dificuldade muito grande. Outra também que eu acho que nós não estávamos preparados, não tínhamos um aparato, meu notebook estava horrível tanto que se estragou durante a pandemia, meu celular de tanto que eu use também estragou durante a pandemia. Então eu acho que isso seriam algumas dificuldades que agente encontro.

Entrevistador pergunta: Você como professor ou professora conseguiu se adaptar às aulas remotas?

Professora I responde: eu acredito que sim, eu acredito que nós professores a gente tentando um jogo de cintura que a gente não sou é professora em sala de aula a gente e todo. Eu acho que eu consigo assim adaptar com o tempo, claro que no início não foi fácil, todo muito novo, todo muito difícil. Mais eu acho que com certeza.

Entrevistador pergunta: Que nome usava na escola para se referir à modalidade de aulas não presenciais?

Professora I responde: Aulas remotas

Entrevistador pergunta: você pode me dizer como se planejou durante as aulas remotas?

Professora I responde: como te dizia, assim oh, eu tinha uma escola que nós enviamos o material. Então uma escola que nós enviamos o material. Então eu tirava tudo tempo assim para sentar e procurar aquelas atividades porque alé eu tinha que imprimir uma para meu, levava para alguém dela direção da escola para eles organizar, bem bonitinho para encaminhar e a outra nós mandamos toda a semana pelos grupos de whatsapp. Então eu já ia salvando todas as atividades depois montavam aquelas atividades e postava no grupo de acordo com os anos.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se recebeu algum treinamento sobre como as aulas remotas devem ser ministradas?

Professora I responde: Não. Eu tive que descobrir. Eu tive que pensar atividades. Porque não diante. Eu mandar vídeos pelo youtube porque pesava muito e gastava toda a internet porque a maioria de meus alunos tinha aquela internet de bater pelo cartão, então aquilo ai estava sim internet. Máximo um áudio para não gastar a internet deles.

Entrevistador pergunta: Quantos alunos compuseram sua turma?

Professora I responde: Em uma escola teve 4 turmas. Em outra escola teve 3 turmas.

Entrevistador pergunta: Você pode me dizer se os alunos tiveram auxílio de um familiar nas aulas remotas?

Professora I responde: algum sim, mais a maioria não teve ajuda. Algum sim inclusive, algum pais eu acho que fizeram para os alunos, porque não eram respostas deles. Mais tudo bem.

Entrevistador pergunta: Como você se comunicou com os pais, mães e responsáveis durante a suspensão das aulas presenciais?

Professora I responde: Grupos de whatsapp e através de na direção, a gente estava em contato com a direção e a direção entrava em contato com os pais.

Entrevistador pergunta: Você está preparado para dar aulas remotas diante de um novo estado de calamidade sanitária ou qualquer outra situação que impeça as aulas presenciais?

Professora I responde: hoje mais preparado que antes. A gente já tem uma experiência. Não seria o ideal mais eu acredito que sim.

Entrevistador pergunta: Como você poderia avaliar o processo de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial?

Professora I responde: segundo minha experiência eu acredito que sim, é uma coisa que realmente em caso de necessidade esse ensino a distancia, como eu te dizia falta aquele olho no olho quando tu estas explicando, si tu não estas vendo no rostinho dele sim ele esta entendendo o sim não este entendendo nada. E quando estavam afastados não tenhamos isso. Não sabíamos quanto. Eu hasta hoje me surpreendo quando veio, quando chego na turma assim e falo coisas ainda no período de pandemia e algum alunos lembram outros não lembram nada. Então aquela coisa assim e difícil tu saber sim realmente estava aprendendo. Algum não conseguiu outros claros conseguiram fazer a parte deles. Mais eu vou a te dizer que eu acho assim não e o ideal. Eu acho que não e o ideal.

ANEXO 3-

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar do estudo: Percepções dos professores e das professoras acerca do ensino remoto emergencial em na rede pública do ensino fundamental do município Encruzilhada do Sul, que tem como objetivo conhecer quais são as percepções dos professores e das professoras, pais, mães e responsável sobre o ensino remoto emergencial na rede pública do ensino fundamental do Município Encruzilhada do Sul. Acreditamos que esta pesquisa seja importante, visto que a suspensão das aulas presenciais durante a pandemia de covid-19 foi de aproximadamente 276 dias, e diferentes tecnologias educacionais foram utilizadas para manter a continuidade educacional na modalidade não presencial.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

Sua participação no estudo se dará por meio de entrevistas presenciais gravadas por meio de aparelho de gravação de áudio, no que respeita às medidas sanitárias serem adotadas as normas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Encruzilhada do Sul, dentre as quais podemos citar: mínimo distanciamento interpessoal de 1 metro entre as pessoas, disponibilização e uso de máscara descartável, disponibilização de álcool gel para higienização das mãos. Já as entrevistas com os professores serão realizadas nas dependências da escola, por meio de 14 perguntas abertas e fechadas, com duração estimada de 10 minutos. Já as entrevistas com os pais ou responsáveis serão realizadas em local aberto combinado e fora do recinto escolar, através de 12 perguntas entre abertas e fechadas, com duração de 7 minutos.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Através deste termo de consentimento Livre e esclarecido você esta sendo alertado de que, da pesquisa a se realizar, pode esperar alguns benefícios, tais como: conhecer quais foram as variáveis positivas ou negativas de aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial. Bem como, também que é possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos em sua participação, tais como: 1. Quebra de anonimato. 2. Medo de não saber responder ou de ser identificado. Para minimizar tais riscos, nós pesquisadores tomaremos as seguintes medidas: 1. No momento de digitalizar as entrevistas, codificar as mesmas com siglas o números com o propósito de resguardar os dados dos participantes. 2. Manter com senhas os arquivos digitalizados onde apareçam dados pessoas, para manter a preservação da informação física. 3. Ter um espaço privado para cada participante no momento da entrevista pessoal.

SIGILO E PRIVACIDADE

Nós pesquisadores garantiremos a você que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo. Nós pesquisadores nos responsabilizaremos pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição de informação em qualquer formato que possa indicar sua identidade.

AUTONOMIA

Nós lhe asseguramos assistência durante toda pesquisa, bem como garantiremos seu livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois de sua participação. Também informamos que você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

No entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação nesta pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros: a mesma será coberta com pagamento em dinheiro efetivo. Caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

CONTATO

Os pesquisadores envolvidos no referido projeto são: Bacharel em Direito David Alexander Rodríguez Palencia do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e você pode manter contato com ele pelo telefone (41.999.84.78.29) ou seus respectivos e-mails: david.palencia@pucpr.br e drodriguezx@gmail.com. É o professor orientador Dr. Lindomar Boneti Wesler Associado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Da mesma forma, você pode entrar em contato com ele por meio de seu e-mail institucional: boneti.lindomar@pucpr.br

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (CEP) pelo telefone (41) 3271-2103 entre segunda e sexta-feira das 08h00 às 17h30 ou pelo e-mail nep@pucpr.br.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada **deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo.**

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Dados do responsável pelo participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
E-mail:	

Local, _____ de _____ de ____.

Assinatura do participante de pesquisa

Assinatura do Pesquisador

USO DE ÁUDIO

Autorizo o uso da gravação através de áudio para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito para transcrição e análise das perguntas e respostas.

Assinatura do participante de pesquisa

Assinatura do Pesquisador

ANEXO 4- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Percepções dos professores e das professoras, pais mães e responsáveis acerca do ensino remoto emergencial da rede pública de ensino fundamental do Município Encruzilhada do Sul

Pesquisador: DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 57643922.2.0000.0020

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica do Parana - PUCPR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.587.717

Apresentação do Projeto:

Extraído do arquivo

"PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1896419.pdf", postado em 08/08/2022:

Desenho:

O processo metodológico pode ser definido por sua natureza, como um tipo básico de pesquisa ou também denominado puro. Para os professores (MARCONI & LAKATOS, 2002, PAG 20) esse tipo de pesquisa é aquela que busca o progresso científico, a ampliação do conhecimento teórico, sem a preocupação de utilizá-lo na prática. Nesta ordem de ideias, os objetivos da pesquisa podem ser caracterizados como descritivos. Quanto à sua abordagem, podemos classificar a pesquisa como qualitativa, pois se baseia em descrever as percepções e opiniões dos atores do ensino remoto de emergência da rede pública de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul. Quanto aos procedimentos utilizados, define-se como uma pesquisa do tipo bibliográfico, pois em princípio parte-se do registro de artigos científicos para conhecer o principal desafio enfrentado no ensino remoto de emergência.

Objetivo da Pesquisa:

Extraído do arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1896419.pdf", postado em 08/08/2022:

Objetivo Primário:

Conhecer quais são as percepções de professores, pais e responsáveis acerca do ensino remoto emergencial na rede pública de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul.

Objetivo Secundário:

Para cumprir este objetivo, serão desenvolvidos 3 (três) objetivos específicos, que são:

1. Definir conceitos de ensino remoto emergencial e por sua vez descrever as teorias de aprendizagem e dentro destas os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), suas diferentes plataformas.
2. Identificar, por meio de dez (10) entrevistas informais as experiências de professores, professoras sobre aprendizagem remota emergencial
3. Entrevistar um pai, mãe ou responsável sobre sua experiência de aprendizagem remota emergencial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Extraído do arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1896419.pdf", postado em 08/08/2022:

Riscos:

1. Quebra do anonimato.
2. Medo de não saber responder ou ser identificado.

Benefícios:

1. Destacar os processos de aprendizagem do ensino remoto emergencial na rede de pública de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul.
2. Conhecer as metodologias de ensino educacional utilizadas no período do ensino remoto emergencial.

3. Desenvolva planos ou programas de aprendizado remoto de emergência.
4. Conhecer o nível de conhecimento sobre o uso de tecnologias educacionais emergenciais na rede pública de ensino fundamental do Município de Encruzilhada do Sul.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nesta ressubmissão, os pesquisadores responderam os seguintes itens indicados como recomendação na 2ª versão:

1. Quanto aos Riscos e Benefícios:

No documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1896419.pdf" (postado em 08/08/22) os pesquisadores indicam no item "riscos" quais os riscos sem indicar claramente como mitigá-los. No entanto, os mesmos descrevem algo parecido à mitigação de riscos nos itens "Desfecho Primário", sendo que no documento "TCLE_final_2da_correcao_08_08_22.docx" (postado em 08/08/22) isto está claro. Recomendação que para próximas submissões de projeto, na descrição do item Riscos e Benefícios contenha claramente como os potenciais potenciais riscos serão mitigados.

STATUS: recomendação parcialmente atendida

2. Quanto ao TCLE:

2.1Item DECLARAÇÃO: no documento "TCLE_final_2da_correcao_08_08_22.docx" (postado em 08/08/22) os pesquisadores substituíram o termo "caso queira, poderei solicitar uma via assinada e datada deste documento" por "entendo que receberei uma via assinada e datada", conforme modelo atualizado no site do CEP.

STATUS: recomendação atendida

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Nesta ressubmissão, os pesquisadores responderam os seguintes itens indicados como pendência na 2ª versão:

1.Quanto ao TCLE:

1.1Item CONTATO: os pesquisadores indicaram no documento "TCLE_final_2da_correcao_08_08_22.docx" (postado em 08/08/22), de forma explícita, telefone e email do pesquisador responsável.

STATUS: pendência atendida

1.2. Item PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: no documento "TCLE_final_2da_correcao_08_08_22.docx" (postado em 08/08/22), os pesquisadores incluíram no texto do item de Participação do Estudo que a entrevista será realizada de maneira presencial por meio de gravação de áudio, com a duração aproximada entre 7 a 10 minutos. Ficou especificado que as entrevistas com os professores serão realizadas nas dependências da escola, enquanto as entrevistas com os pais ou responsáveis serão realizadas em local aberto combinado e fora do recinto escolar. Ainda, foi incluído pelos pesquisadores os cuidados necessários respeitando as medidas sanitárias de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Encruzilhada do Sul, com mínimo distanciamento interpessoal de 1 metro entre as pessoas, disponibilização e uso de máscara descartável, disponibilização de álcool gel para higienização das mãos.

STATUS: pendência atendida

2.Quanto ao CRONOGRAMA: os pesquisadores atualizaram as datas indicadas no documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1896419.pdf" (postado em 08/08/22) com as etapas envolvendo os participantes compreendida entre 20/08/22 a 15/09/22. Já no documento "projeto_de_pesquisa__correcao__08_08_2022.docx" (postado em 08/08/22) as etapas envolvendo os participantes parecem ocorrer (segundo o Quadro N 4) em Agosto/23. Mesmo não tendo sido anexada uma justificativa escrita para a alteração do cronograma, as informações contidas aqui consideram a aprovação prévia do projeto pelo CEP.

STATUS: pendência atendida

Recomendações:

Ver Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices de ordem ética para a execução da proposta conforme apresentada nesta 3ª versão. Projeto de pesquisa aprovado, pois em consonância com os ditames éticos e legais das Resoluções nºs 466/12 e 510/16, ambas do CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Lembramos aos senhores pesquisadores que, no cumprimento da Resolução 466/2012, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deverá receber relatórios anuais sobre o andamento do estudo, bem como a qualquer tempo e a critério do pesquisador nos casos de relevância, além do envio dos relatos de eventos adversos, para conhecimento deste Comitê. Salientamos ainda, a necessidade de relatório completo ao final do estudo. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEPPUCPR de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificado e as suas justificativas. Se a pesquisa, ou parte dela for realizada em outras instituições, cabe ao pesquisador não iniciá-la antes de receber a autorização formal para a sua realização. O documento que autoriza o início da pesquisa deve ser carimbado e assinado pelo responsável da instituição e deve ser mantido em poder do pesquisador responsável, podendo ser requerido por este CEP em qualquer tempo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1896419.pdf	08/08/2022 21:59:35		Aceito
Outros	carta_resposta_recomendacoes.pdf	08/08/2022 21:58:05	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Outros	carta_resposta_pendencias.pdf	08/08/2022 21:57:26	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_final_2da_correcao_08_08_22.docx	08/08/2022 21:53:48	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Brochura Pesquisa	projeto_de_pesquisa_correcao_08_08_2022.docx	08/08/2022 21:52:09	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa_com_correcao_23_06_22.docx	24/06/2022 16:39:51	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_atualizada_14_06_22.pdf	23/06/2022 23:32:35	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_final_corregido_23_06_22.docx	23/06/2022 22:47:55	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Outros	TCUD_Termo_de_Compromisso_de_Utizacao_de_dados.docx	21/06/2022 22:09:47	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Outros	Oficio_da_secretaria_educacao.docx	21/06/2022 15:12:11	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_PAI_MAE_RESPONSAVEIS.docx	21/06/2022 14:54:04	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_DOCENTES.docx	21/06/2022 14:53:17	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Outros	Declaracao_escola.pdf	21/06/2022 14:41:05	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_secretaria.pdf	21/06/2022 14:39:08	DAVID ALEXANDER RODRIGUEZ PALENCIA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 17 de Agosto de 2022

Assinado por: Ana Carla Efiging (Coordenador(a))